Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ			
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04			
4 - NIRE					

#### 01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO					2 - BAIRRO C	2 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA CASA DO ATOR, 1155						VILA OLÍMPIA	
3 - CEP 4 - MUNICÍPIO				_		5 - UF	
04546-004	ļ	SÃO PAULO			SP		
6 - DDD	7 - TE	LEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10	- TELEX	
011	3138-7560		3138-7559	-			
11 - DDD	12 - FAX		13 - FAX	14 - FAX			
011	3138	3-7161	-	-			
15 - E-MAIL	•				•		
ri@cteep.co	m.br						

#### 01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
EDUARD	O FELDMAN COSTA				
2 - ENDEREÇO COMPLETO 3 - BAIRRO OU DISTRITO					ITO
RUA CASA	DO ATOR, 1155 - 10º ANI	DAR		VILA OLÍMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			•	6 - UF
04546-004 SÃO PAULO					SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	•
011	3138-7560	3138-7559	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
011	3138-7161	-	-		
16 - E-MAIL	•			•	
ri@cteep.co	om.br				

#### 01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL		
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007		
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006		
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM			
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORE	S INDEPENDENTES	00287-9		
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO 7 - CPF DO RESP				
SÉRGIO EDUARDO ZAMORA 107.092.038-02				

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

## 01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações	1	2	3		
(Mil)	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005		
Do Capital Integralizado					
1 - Ordinárias	62.559	62.558.663	62.558.663		
2 - Preferenciais	86.726	86.726.372	86.726.372		
3 - Total	149.285	149.285.035	149.285.035		
Em Tesouraria					
4 - Ordinárias	0	0	0		
5 - Preferenciais	0	0	0		
6 - Total	0	0	0		

#### 01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA					
Empresa Comercial, Industrial e Outras					
2 - TIPO DE SITUAÇÃO					
Operacional					
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO					
Privada Nacional					
4 - CÓDIGO ATIVIDADE					
1120 - Energia Elétrica					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL					
Transmissão de Energia Elétrica					
6 - TIPO DE CONSOLIDADO					
Não Apresentado					

# 01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

,		~
1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
	2 0141 0	o berroniintrigric coolite

#### 01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO		6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	10/07/2007	Dividendo	18/07/2007	ON	1,6093170000
02	RCA	10/07/2007	Dividendo	18/07/2007	PN	1,6093170000
03	RCA	01/10/2007	Dividendo	17/10/2007	ON	1,1622830000
04	RCA	01/10/2007	Dividendo	17/10/2007	PN	1,1622830000
05	RCA	31/10/2007	Juros Sobre Capital Próprio	19/11/2007	ON	1,3371400000
06	RCA	31/10/2007	Juros Sobre Capital Próprio	19/11/2007	PN	1,3371400000
07	RCA	10/12/2007	Juros Sobre Capital Próprio	18/01/2008	ON	0,2620660000
08	RCA	10/12/2007	Juros Sobre Capital Próprio	18/01/2008	PN	0,2620660000

## 01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
06/02/2008	

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

## 02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	5.180.107	5.252.059	4.975.229
1.01	Ativo Circulante	542.721	968.405	965.389
1.01.01	Disponibilidades	190.576	514.471	684.917
1.01.02	Créditos	302.286	399.727	235.067
1.01.02.01	Clientes	216.399	164.001	153.550
1.01.02.02	Créditos Diversos	85.887	235.726	81.517
1.01.02.02.01	Valores a Receber Secretaria da Fazenda	16.030	14.036	42.292
1.01.02.02.02	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	8.224	126.099	0
1.01.02.02.03	Tributos e Contribuições Compensáveis	57.817	88.096	31.008
1.01.02.02.04	Cauções e Depósitos Vinculados	3	3.541	3.412
1.01.02.02.05	Despesas Pagas Antecipadamente	3.813	3.954	4.805
1.01.03	Estoques	31.881	36.992	31.627
1.01.04	Outros	17.978	17.215	13.778
1.02	Ativo Não Circulante	4.637.386	4.283.654	4.009.840
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	497.382	404.084	386.494
1.02.01.01	Créditos Diversos	489.826	400.590	383.000
1.02.01.01.01	Clientes	52.430	0	0
1.02.01.01.02	Valores a Receber Secretaria da Fazenda	321.953	207.326	108.820
1.02.01.01.03	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	60.805	118.974	109.239
1.02.01.01.04	Cauções e Depósitos Vinculados	49.794	66.199	63.901
1.02.01.01.05	Despesas Pagas Antecipadamente	4.844	8.091	101.040
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	7.556	3.494	3.494
1.02.02	Ativo Permanente	4.140.004	3.879.570	3.623.346
1.02.02.01	Investimentos	1	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.079.147	3.822.065	3.566.346
1.02.02.03	Intangível	57.600	57.505	57.000
1.02.02.04	Diferido	3.256	0	0

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

## 02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	5.180.107	5.252.059	4.975.229
2.01	Passivo Circulante	397.705	794.089	461.224
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	132.191	56	10.298
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	29.150	134.967	112.176
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	91.828	48.401	84.421
2.01.04.01	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	58.706	22.363	69.951
2.01.04.03	Encargos Regulatórios a Recolher	33.122	26.038	14.470
2.01.05	Dividendos a Pagar	42.413	171.944	181.346
2.01.05.01	Juros sobre Capital Próprio	40.366	26.033	84.046
2.01.05.02	Dividendos	2.047	145.911	97.300
2.01.06	Provisões	46.627	419.255	43.603
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	55.496	19.466	29.380
2.01.08.01	Valores a Pagar - Fundação CESP	13.529	14.627	13.876
2.01.08.02	Seguros a Pagar	4.401	2.379	2.839
2.01.08.03	Outros	37.566	2.460	12.665
2.02	Passivo Não Circulante	833.595	712.465	686.701
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	750.085	611.970	569.221
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	400.713	586	636
2.02.01.02 Debêntures		0	0	0
2.02.01.03 Provisões		179.632	348.391	303.196
2.02.01.04 Dívidas com Pessoas Ligadas		0	0	0
2.02.01.05 Adiantamento para Futuro Aumento Capital		0	0	0
2.02.01.06	Outros	169.740	262.993	265.389
2.02.01.06.01	Valores a Pagar - Fundação CESP	129.022	222.566	224.962
2.02.01.06.02	Obrigações Especiais-Rever./Amortização	24.053	24.053	24.053
2.02.01.06.03	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	0	16.374	16.374
2.02.01.06.04	Outros	16.665	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	83.510	100.495	117.480
2.04	Patrimônio Líquido	3.948.807	3.745.505	3.827.304
2.04.01	Capital Social Realizado	462.000	462.000	462.000
2.04.02	Reservas de Capital	2.592.369	2.592.369	2.592.369
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	180.078	182.693	179.894
2.04.04.01	Legal	92.400	92.400	86.894
2.04.04.02	Estatutária	46.200	46.200	46.200
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	41.478	44.093	46.800
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	713.694	507.777	592.375

Legislação Societária

Divulgação Externa

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

## 02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	666	666	666

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

# 03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.563.294	1.401.346	1.320.664
3.01.01	Receita de Uso da Rede Elétrica	1.548.248	1.387.070	1.276.361
3.01.02	Outras Receitas	15.046	14.276	44.303
3.02	Deduções da Receita Bruta	(247.880)	(180.464)	(167.606)
3.02.01	COFINS	(64.723)	40.887	(99.624)
3.02.02	PIS	(14.036)	8.877	(21.629)
3.02.03	Conta de Consumo de Combustível - CCC	(56.413)	(50.609)	(25.660)
3.02.04	Conta de Desenv. Energético - CDE	(41.922)	(32.404)	(14.346)
3.02.05	Quota P/Reserva Global de Reversão-RGR	(35.706)	(34.975)	(32.397)
3.02.06	Pesquisa e Deselvolvimento - P&D	(21.437)	(13.908)	(12.149)
3.02.07	Prog. Inc. Fontes A. En. El PROINFA	(10.174)	(5.201)	0
3.02.08	Ativo Regulatório	(3.247)	(92.949)	38.438
3.02.09	ISSQN	(222)	(182)	(239)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.315.414	1.220.882	1.153.058
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(102.280)	(353.151)	(335.905)
3.05	Resultado Bruto	1.213.134	867.731	817.153
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(408.821)	(730.301)	(457.528)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(256.918)	(806.854)	(358.323)
3.06.02.01	Honorários da administração	(4.458)	(1.286)	(913)
3.06.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	(252.460)	(805.568)	(357.410)
3.06.03	Financeiras	(151.903)	76.553	(99.205)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	119.646	147.860	159.915
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(271.549)	(71.307)	(259.120)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	О
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	804.313	137.430	359.625
3.08	Resultado Não Operacional	78.210	(31.849)	(1.266)
3.08.01	Receitas	89.938	1.577	4.357
3.08.02	Despesas	(11.728)	(33.426)	(5.623)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	882.523	105.581	358.359
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(90.380)	(214.466)	(129.118)
3.11	IR Diferido	(175.397)	172.283	(318)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	238.737	54.354	239.354
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	855.483	117.752	468.277
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	149.285	149.285.035	149.285.035
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	5,73054	0,00079	0,00314
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

18/06/2009 09:08:35 Pág: 6

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

# 04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	1.223.596	454.512	701.385
4.01.01	Das Operações	940.760	445.726	659.316
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	855.483	117.752	468.277
4.01.01.02	VIs. que não repr. mov. Cap. Circulante	85.277	327.974	191.039
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	172.662	169.417	169.403
4.01.01.02.02	Ajuste do ativo regulatório - PIS/COFINS	0	92.949	0
4.01.01.02.03	Variações mon./cambiais de longo prazo	2.886	2.083	1.370
4.01.01.02.04	Valor residual do ativo perm. baixado	6.211	46.180	11.648
4.01.01.02.05	Amortização do deságio	(16.985)	(16.985)	(16.985)
4.01.01.02.06	Imposto de renda e c. social diferidos	41.795	(9.735)	(12.750)
4.01.01.02.07	Prog. de demissão voluntária - PDV	0	25.771	0
4.01.01.02.08	Provisão para contingências	(121.292)	18.294	37.502
4.01.01.02.09	Provisão para perdas - Ferronorte	0	0	851
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	282.836	8.786	42.069
4.01.03.01	Aumento do passivo não circulante	280.819	1.130	0
4.01.03.02	Transf. do circulante p/ex. l. prazo	ulante p/ex. I. prazo 0		3.670
4.01.03.03	Transf. do real. longo p. p/circulante 1.703		6.860	31.661
4.01.03.04	Dividendos prescritos 314		402	404
4.01.03.05	Doações	0		6.334
4.02	Aplicações	1.252.896	784.361	732.101
4.02.01	No realizável a longo prazo	153.170	107.664	26.704
4.02.02	No permanente	0	0	0
4.02.03	Investimento	1	0	0
4.02.04	Imobilizado	435.782	435.782 471.710	
4.02.05	Intangível	95	505	0
4.02.06	Diferido	3.429	0	0
4.02.07	Transf. ex. I. prazo p/pas. circulante	7.924	4.529	14.395
4.02.08	Juros sobre o capital próprio	652.495	199.953	336.654
4.02.09	Ativo Regulatório - Constituição/Realiz.	0	0	38.438
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(29.300)	(329.849)	(30.716)
4.04	Variação do Ativo Circulante	(425.684)	3.016	167.418
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	968.405	965.389	797.971
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	542.721	968.405	965.389
4.05	Variação do Passivo Circulante	(396.384)	332.865	198.134
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	794.089	461.224	263.090
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	397.705	794.089	461.224

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2007 Legislação Societária

# 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

ſ	1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
		CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

# 05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.593.035	0	182.693	507.777	3.745.505
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(2.615)	2.615	0
5.04.01	Lucros a Realizar	0	0	0	(2.615)	2.615	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	855.483	855.483
5.07	Destinações	0	0	0	0	(652.495)	(652.495)
5.07.01	Dividendos R\$ 1,609317 - lote mil ações	0	0	0	0	(240.247)	(240.247)
5.07.02	Dividendos R\$ 1,162283 por ação	0	0	0	0	(173.511)	(173.511)
5.07.03	Juros s/cap. próprio R\$ 1,337140 p/ação	0	0	0	0	(199.615)	(199.615)
5.07.04	Juros s/cap. próprio R\$ 0,262066 p/ação	0	0	0	0	(39.122)	(39.122)
5.08	Outros	0	0	0	0	314	314
5.08.01	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	314	314
5.09	Saldo Final	462.000	2.593.035	0	180.078	713.694	3.948.807

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

# 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

ſ	1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
		CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

# 05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.593.035	0	179.894	592.375	3.827.304
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(2.707)	2.707	0
5.04.01	Lucros a realizar	0	0	0	(2.707)	2.707	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	117.752	117.752
5.07	Destinações	0	0	0	5.506	(205.459)	(199.953)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	5.506	(5.506)	0
5.07.02	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(54.354)	(54.354)
5.07.03	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(60.599)	(60.599)
5.07.04	Dividendos Declarados	0	0	0	0	(85.000)	(85.000)
5.08	Outros	0	0	0	0	402	402
5.08.01	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	402	402
5.09	Saldo Final	462.000	2.593.035	0	182.693	507.777	3.745.505

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

# 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

ſ	1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
		CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

# 05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.593.035	0	157.929	482.313	3.695.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(1.449)	1.449	0
5.04.01	Lucros a Realizar	0	0	0	(1.449)	1.449	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	468.277	468.277
5.07	Destinações	0	0	0	23.414	(360.068)	(336.654)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	23.414	(23.414)	0
5.07.02	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(239.354)	(239.354)
5.07.03	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(97.300)	(97.300)
5.08	Outros	0	0	0	0	404	404
5.08.01	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	404	404
5.09	Saldo Final	462.000	2.593.035	0	179.894	592.375	3.827.304

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3) Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em 31 de dezembro de 2007 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas nos Anexos I e II para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tomadas em conjunto.

18/06/2009 08:58:04 Pág: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS 31/12/2007

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- Conforme descrito na Nota 28, de acordo com a decisão da 49a. Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei no. 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites legais estaduais determinados para pagamentos dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano de complementação de aposentadoria é de inteira responsabilidade do Governo do Estado; como conseqüência, não registra nas demonstrações contábeis da Companhia nenhuma obrigação em relação a esse plano.
- O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e o exame das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo naquela data, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 1o. de fevereiro de 2007, sem ressalvas e com parágrafos de ênfases relacionados com a decisão da 49a. Vara do Trabalho sobre o processamento da folha de pagamento do plano de aposentadoria regido pela Lei no. 4.819/58 e o reajuste provisório da Receita Anual Permitida RAP para os ciclos tarifários de julho de 2005 a junho de 2006 e de julho de 2006 a junho de 2007.

São Paulo, 30 de janeiro de 2008

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes 1SP168728/O-4 CRC 2SP000160 Sérgio Eduardo Zamora Contador CRC

18/06/2009 08:58:04 Pág: 2

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

O ano de 2007 foi marcado por importantes realizações de obras de ampliações, reforços e melhorias no Sistema de Transmissão, como se verá ao longo do relatório ora apresentado referente a esse exercício.

A CTEEP vive uma nova fase iniciada em 28 de junho de 2006, quando o Governo do Estado de São Paulo promoveu o leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, para a alienação do controle da CTEEP. Nesse certame, sagrou-se vencedora a empresa Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. que assumiu, por meio de sua controlada ISA Capital do Brasil S. A., o controle da CTEEP, adquirindo naquela oportunidade o equivalente a 50,1% das suas ações ordinárias. Em decorrência do referido leilão e de acordo com a legislação aplicável, em janeiro de 2007, ocorreu a oferta pública de aquisição de ações ordinárias, o que elevou a posição de controle da ISA Capital do Brasil para 89,4% correspondente a 37,5% do capital total da CTEEP.

É dentro desse cenário que reiteramos nosso compromisso de assegurar e aprimorar a qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica oferecidos pela CTEEP. Para isso prosseguiremos estimulando os investimentos nos ativos técnicos e na capacitação do quadro de pessoal, visando a permanente melhoria dos resultados, mediante a aplicação das melhores práticas e modelos mundiais de gestão, para benefício de seus acionistas, empregados e da comunidade.

José Sidnei Colombo Martini

Mantilla

Presidente Executivo

Administração

Luis Fernando Alarcón

Presidente do Conselho de

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. PERFIL DA COMPANHIA

A CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) é a principal empresa concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo responsável por 30% de toda a energia transmitida no país. Desde o leilão de privatização efetuado pelo governo paulista em 28 de junho de 2006, o controle da Companhia pertence ao Grupo ISA, da Colômbia, ocasião em que, 50,1% das ações ordinárias da CTEEP foram adquiridas pela ISA Capital do Brasil SA, controlada pela Interconéxion Eléctrica S.A. E.S.P. Em janeiro de 2007, como decorrência da legislação vigente, ocorreu uma oferta pública de ações ordinárias, fazendo com que a controladora atingisse 89,4% das ações ordinárias que equivale a 37,5% do capital total da CTEEP.

O Grupo ISA orienta estrategicamente a administração na direção do aprimoramento da gestão, dos processos e dos serviços. Ações que estão alinhadas à visão da CTEEP de ser reconhecida por clientes, mercado, empregados, analistas, acionistas e sociedade em geral pela excelência na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Com base nos valores da Ética, Responsabilidade Social, Excelência e Inovação, a CTEEP conta com o talento e dedicação de 1290 empregados. Detentora de uma rede de 12.144 km de linhas de transmissão, 18.494 km de circuitos, 102 subestações com tensão até 550 kV, 1.800 km de fibra ótica, a Transmissão Paulista, nome fantasia da Empresa, tem capacidade instalada de 42556 MVA, transmitindo a quase totalidade da energia elétrica consumida no Estado de São Paulo, que responde por 30% do PIB nacional.

Com a conquista de um lote de concessão de transmissão em leilão realizado pela ANEEL em 2007, a Companhia ampliará sua abrangência nacional. Como decorrência dessas conquistas, a Transmissão Paulista constituiu a Interligação Energética Norte e Nordeste. Sua função será a explorar a concessão da Linha de Transmissão que interligará a cidade de Colinas, em Tocantins, à cidade de Ribeiro Gonçalves, no Piauí, e uma Linha de Transmissão que ligará Ribeiro Gonçalves à cidade de São João do Piauí. Com essas duas linhas, que somadas totalizarão 720 km, a Empresa expandirá sua atuação para além dos limites de São Paulo, em linha com sua estratégia de reforçar a presença em território nacional.

Comprometida com elevados padrões de governança corporativa, a Transmissão Paulista integra o nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) desde 2002. A Companhia tem suas ações listadas no Índice Bovespa, que reúne os papéis das empresas mais líquidas do mercado acionário brasileiro.

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 2. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O ano de 2007 foi marcado pela realização de importantes obras de reforço no Sistema de Transmissão da CTEEP, como forma de assegurar maior confiabilidade de seus sistemas e oferecer melhores serviços a seus usuários. Houve um acréscimo líquido de 2185 MVA de capacidade de transformação instalada no sistema.

O mais importante empreendimento concluído em 2007 foi a entrada em operação da nova subestação Anhangüera e a construção da Linha de Transmissão Guarulhos- Anhanguera. A obra permitiu a conclusão de um novo anel de 345 kV em torno da cidade de São Paulo, assegurando maior segurança no fornecimento de energia para a capital paulista, principal centro econômico-financeiro do país.

O projeto englobou a construção de uma nova subestação – que passou a contar com uma capacidade de transformação de 1300 MVA e três conjuntos blindados nas tensões 345 kV, 230 kV e 138/88 kV – e com 25 quilômetros de uma linha de 345 kV ligando a subestação Anhanguera à de Guarulhos.

#### 2.1. Acréscimo de Capacidade de Transformação

Subestação	Tensões (kV)	Acréscimo de Capacidade de Transformação (MVA)
Cabreúva	440/138	150
Anhanguera	345/230	500
Anhanguera	345/88	800
Santa Bárbara D'Oeste	440/138	300
Embu Guaçu	440/138	300
Dracena	138/69	25
Registro	138/69	25
Itapeva	138/34,5	30
Itararé-II	138/69	30
Itararé-II	138/13,8	25
TOTAL		2185

#### 2.2. Acréscimo de Compensação Reativa

Subestação	Tensões (kV)	Acréscimo na Compensação
		(MVA)
Santa Bárbara D'Oeste	138	200
Anhanguera	88	57,6
TOTAL		257,6

## 2.3. Recapacitação de Subestações e Linhas de Transmissão - LT

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- → Instalação da subestação de 345 kV- 230 kV- 88 kV em Anhanguera blindada em SF6
- → Instalação da LT 345 kV Anhanguera-Guarulhos circuito duplo com 22 km de extensão
- → Instalação do segundo circuito da LT 345 kV Anhanguera-Milton Fornasaro com 4,7 km de extensão
- → Instalação dos bays 230 kV nas SEs Aparecida e Taubaté, para entrada do segundo circuito da LT 230 kV Aparecida-Taubaté.
- → Recapacitação da LT 138 kV Araraquara-São Carlos com circuito duplo e extensão de 48.25 km
- → Instalação dos bays 138 kV na SE Ilha Solteira, dos circuitos 1 e 2 para SE Três Irmãos.
- → Instalação de 3 bays de 34,5 kV em Itapeva

## 2.4. Substituição de Equipamentos por Superação da Capacidade ou em Final de Vida Útil

- → SE Interlagos : 2 disjuntores de 230 kV Bays da LT Interlagos-Piratininga
- → SE Cabreúva : 1 disjuntor de 440 kV Bay do TR3
- → SE Embu Guaçu: 4 disjuntores de 138 kV Bays da LT 138 kV Embu Guaçu Peruíbe, paralelo de barras e bay dos TRs 6 e 8

#### 3. INDICADORES DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Transmissão Paulista obteve em 2007 bons resultados operacionais, fruto das melhorias e inovações incorporadas na operação de seus sistemas, como a operação remota de suas 102 subestações, a modernização de seus dois centros de controle operacional e a revisão dos processos na área de manutenção. A taxa de Freqüência Equivalente da Interrupção (FREQ) caiu de 0,2534 em 2006 para 0,2451 em 2007. Em 2007, houve crescimento de 5,43% na carga no Estado de São Paulo. Observada essa expansão, o resultado do indicador de Energia Não Suprida (ENES) fica, em valores relativos, mais próximo do verificado em 2006, e melhor do que os números apurados em 2004 e 2005.

A qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica da CTEEP é aferida por meio dos indicadores a seguir apresentados.

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 3.1. DREQ - Duração Equivalente de Interrupção

Expressa o tempo total, em minutos, em que esteve interrompido, devido a fatores internos à CTEEP, o montante de carga de valor igual à potência máxima do sistema no período considerado, ou seja, é a duração equivalente de "uma" interrupção de Demanda Máxima no período de observação, causada por distúrbios originados internamente à CTEEP.

#### 3.2. FREQ - Freqüência Equivalente de Interrupção

Exprime o desempenho global do sistema, em função das interrupções provenientes do Sistema de Transmissão, ou seja, a fração da demanda máxima interrompida no período considerado, ou ainda, corresponde ao número de vezes em que a demanda máxima teria sido interrompida no período de observação.

#### 3.3. ENES - Energia Não Suprida

Expressa, em MWh, o montante da energia não fornecida pelo sistema em virtude de interrupções de responsabilidade da CTEEP havidas, durante o período de observação.

#### 3.4. Síntese do desempenho

Índice	2007	2006	2005	2004
DREQ	4,0294	3,0035	4,4255	5,5802
FREQ	0,2451	0,2534	0,4501	0,2252
ENES	1331,53	980,70	1336,0	1715,0

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

# 4. DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

#### 4.1. Fundamentos

A principal fonte de receita da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão por outras concessionárias de serviço público de energia elétrica, agentes do setor e consumidores livres. Suas receitas anuais, vinculadas às instalações de Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão (DIT), foram reajustadas por meio de Resoluções da Aneel ao longo do exercício de 2007, implicando reajuste médio de 4,0% com relação aos níveis anteriormente praticados.

Em 2007, a Transmissão Paulista passou pelo primeiro processo de revisão tarifária periódica. Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, o resultado dessa primeira revisão tarifária periódica implicou redução de 26,15% da Receita Anual Permitida (RAP) a ser aplicada sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações (RBNI) e Demais Instalações Novos Investimentos (RCDM) vigentes em 1º de julho de 2005. O resultado desse reposicionamento terá seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005.

Em 29 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória nº 496, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2007 a 30 de junho de 2008. De acordo com esta Resolução, a Receita Anual Permitida (RAP) da CTEEP, que era de R\$ 1.314.400 mil em 01 de julho de 2006, passou para R\$ 1.478.456 mil em 01 de julho de 2007, apresentando um acréscimo de R\$ 164.056 mil, equivalente a 12,5%.

A execução do orçamento da Companhia em 2007 possibilitou investimentos de R\$ 439.307 mil nas atividades de produção. Em 2007, entraram em operação comercial 20 novos projetos, que geraram receita adicional de R\$ 68.425 mil nesse exercício, correspondendo a uma receita anualizada de R\$ 140.124 mil.

#### 4.2. Projetos Energizados em 2007

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ - base jun/07

				κφ - base juli/o/		
	Descrição	Resolução	Operação Comercial	Receita Anual Permitida - RAP	Investimento Remunerável	
Rede Bás	sica					
	SE Interlagos	545/03	mar-07	36.210.534,39	218.962.739,26	
	SE OESTE	545/03	ago-07	435.553,15	2.569.399,57	
	SE E. Guaçu	489/06	set-07	5.442.156,87	32.179.275,64	
	SE E. Guaçu	489/06	set-07	1.063.839,51	6.290.438,99	
	SE S. B. D'Oeste	247/05	jun-07	5.237.375,50	31.219.869,06	
	SE S. B. D'Oeste	247/05	jun-07	584.212,29	3.482.475,37	
	SE Cabreúva	197/04	set-07	104.096,43	623.277,64	
	SE Cabreúva	197/04	out-07	2.183.057,89	13.071.186,59	
	SE Anhanguera	064/05	jun-07	24.321.108,32	147.002.622,34	
	LT - Anhanguera - Guarulhos	064/05	jun-07	10.967.543,36	62.813.543,24	
	SE Guarulhos	064/05	jun-07	2.119.332,81	12.137.587,74	
	SE Anhanguera	064/05	jul-07	35.667.551,53	215.583.260,74	
Subtotal				124.336.362,05	745.935.676,18	
Demais II	nstalações de Transmissão - DIT					
	LT Araraquara S. Carlos	363/03	mar-07	3.159.226,20	20.068.023,56	
	SE S. B. D'Oeste	247/05	abr-07	2.859.783,28	17.047.099,16	
	SE Itararé II	197/04	fev-07	802.773,12	4.793.386,75	
	SE Registro	197/04	abr-07	486.935,32	2.913.089,96	
	SE Itapeva	197/04	abr-07	372.033,48	2.211.256,72	
	SE Itapeva	197/04	abr-07	378.220,33	2.251.535,00	
	SE Dracena	197/04	mai-07	350.763,41	2.096.130,50	
	SE Anhanguera	064/05	mai-07	7.377.458,98	44.591.637,44	
Subtotal				15.787.194,12	95.972.159,09	
Total				140.123.556,17	841.907.835,27	

## 4.3. Análise dos Resultados do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	Em milhares de Reais	
_	2007	2006
Receita operacional bruta	1.563.294	1.401.346
Deduções da receita operacional	(247.880)	(180.464)
Receita operacional líquida	1.315.414	1.220.882
Custo dos serviços / despesas gerais e administrativas	(359.198)	(1.160.005)
Resultado financeiro	(151.903)	76.553
Lucro operacional	804.313	137.430
Resultado não operacional	78.210	(31.849)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	882.523	105.581
Imposto de renda e contribuição social	(265.777)	(42.183)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	238.737	54.354
Lucro líquido do exercício	855.483	117.752
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	149.285	149.285.035
Lucro por ação (2006 por lote de mil) do capital social ao final		
do exercício – R\$	5,73	0,79

A evolução relevante de nossos resultados financeiros é resultado direto de iniciativas estratégicas implementadas para aumentar nossa robustez financeira, eficiência, competitividade – condições essenciais de apoio de nossos projetos de crescimento.

O **lucro líquido do exercício** foi de R\$ 855.483 mil em 2007, bastante superior aos R\$ 117.752 mil registrados em 2006. O desempenho econômico-financeiro possibilitou à Companhia distribuir e creditar a seus acionistas 76,3% do lucro líquido do exercício. O que atesta o compromisso da CTEEP em criar valor para seus acionistas.

O bom resultado se deveu a uma série de fatores. A **receita operacional bruta** aumentou 11,6%, atingindo R\$ 1.563.294 mil em 2007, comparada com R\$ 1.401.346 mil em 2006. Este aumento decorre do reajuste anual pelo IGPm e de novos investimentos.

As **deduções da receita operacional** aumentaram 37,4%, atingindo R\$ 247.880 mil em 2007 contra R\$ 180.464 mil de 2006, devido ao crescimento de 20,8% nos encargos regulatórios, combinado com o aumento de 89,9% em PIS e COFINS, decorrente do crédito de ativo regulatório registrado em 2006.

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita operacional líquida aumentou 7,7% e somou R\$ 1.315.414 mil em 2007 diante de R\$ 1.220.882 mil em 2006.

Os custos dos serviços da operação e despesas gerais e administrativas tiveram queda de 69,0%, alcançando R\$ 359.198 mil em 2007 frente os R\$ 1.160.005 mil de 2006. Além da otimização de custos por maior modernização de sistemas, houve redução de 86,0% das despesas com pessoal, combinada com reversão líquida de provisão para contingências de 14,3%. As despesas de pessoal em 2006 contêm provisão de R\$ 396.651 mil para gastos com o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que desligou 1.163 empregados em 2007, o que resultou em uma redução na folha de pagamento deste ano de, aproximadamente, 45,1%.

A margem **EBITDA** foi de 85,8%, totalizando R\$ 1.128.878 mil em 2007 em comparação com 18,9% – R\$ 230.293 mil – em 2006. Vale destacar que a margem EBITDA sofre efeito da reclassificação dos encargos regulatórios, como Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; de despesas gerais e administrativas para deduções da receita operacional.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$ 151.903 mil em 2007 diante de receita de R\$ 76.553 mil em 2006, devido ao crescimento de 339,2% no crédito de juros sobre o capital próprio e à redução de 70,9% no rendimento das aplicações financeiras, decorrente da mudança na estrutura de capital.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 530,1% somando R\$ 265.777 mil em 2007 contra R\$ 42.183 mil em 2006. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 30,1% em 2007 comparado com 40,0% em 2006.

Eliminada a variação decorrente do grupamento de ações mencionado no item **4.5** o **lucro líquido por ação** aumentou 625,3% em 2007, em decorrência dos fatores acima descritos.

#### 4.4. Estrutura de Capital

A privatização da CTEEP, ocorrida em junho de 2006, abriu novas possibilidades para a otimização da sua estrutura de capital mediante a implementação de financiamentos adequados ao negócio de transmissão de energia elétrica. Em 2007, a CTEEP obteve um financiamento de R\$ 764,2 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com vencimento final em 2015 e juros atrelados à Taxa de Juros Longo Prazo (TJLP). Desse montante, R\$ 400 milhões – referentes a investimentos já realizados – foram recebidos em outubro. O restante será repassado ao longo deste ano. Essa operação está em linha com a diretriz estratégica da Companhia, que busca

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

consolidar uma nova estrutura de capital, que proporcione maior flexibilidade para a Empresa.

#### 4.5. Negociação das Ações

No exercício de 2007, foram realizados 102.318 negócios com ações da Companhia na Bovespa, envolvendo o volume total de R\$ 2.976.486 mil, 114,5% superior a 2006.

Em 12 de julho de 2007, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, o grupamento por 1.000 das ações ordinárias e preferenciais. No caso dos ADRs (American Depositary Receipts), a proporção, que até então era de 3.000 ações para 1 ADR, passou a ser de 1 ação para 1 ADR preferencial ou ordinário.

No âmbito dos programas de ADRs de nível 1 da Companhia, constavam da sua base acionária, ao final do exercício de 2007, 65.982 ADRs referentes a ações preferenciais e 36.999 ADRs referentes a ações ordinárias.

Ao longo do ano de 2007, o IBOVESPA valorizou-se em 43,7%. Nesse período, as ações ordinárias da Companhia (TRPL3) tiveram alta de 37,2% e as preferenciais (TRPL4) registraram valorização de 48,6% no mercado, elevações que incorporam os proventos distribuídos aos acionistas.

#### 4.6. Nível 1 de Governança Corporativa

A Transmissão Paulista foi a primeira empresa de energia elétrica no Estado de São Paulo a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, em setembro de 2002.

Com a adesão, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no IBOVESPA, passou também a compor o Índice de Ações com Governança Corporativa (IGC), carteira teórica composta por ações de empresas que apresentam elevados padrões de relacionamento com todos os seus acionistas.

A Transmissão Paulista busca sempre informar o mercado com clareza e transparência, como forma de desenvolver um relacionamento de longo prazo com o mercado de capitais. Nesse contexto, realizou reunião pública, em 26 de novembro de 2007, com analistas de mercado e investidores, no auditório da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), em São Paulo. Por sua sexta participação consecutiva no evento, a Empresa recebeu o "Selo Assiduidade APIMEC-SP Prata".

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

# 4.7. Composição Acionária

_	2007					
_		Quar	ntidades de Ações	- Em Uni	dades	
_	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Ações de Controle Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	55.924.465	89,40	-		55.924.465	37,46
Administradores						
Diretores	-	-	6.300	0,01	6.300	0,00
Conselho de Administração	100	0,00	1.700	0,00	1.800	0,00
Conselho Fiscal	-		-			
_	100	0,00	8.000	0,01	8.100	0,01
Total das Ações de Controle	55.924.565	89,40	8.000	0,01	55.932.565	37,47
Ações em Circulação Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado dos			0.000.704	40.77	2 222 724	
Negócios da Fazenda	-	-	9.338.731	10,77	9.338.731	6,26
Governo Federal Centrais Elétricas Brasileiras S.A						
ELETROBRÁS	6.160.836	9,85	46.522.459	53,64	52.683.295	35,29
Outros						
Outros	473.261	0,76	30.857.182	35,58	31.330.443	20,99
Total das Ações em Circulação	6.634.097	10,60	86.718.372	99,99	93.352.469	62,53
Total Geral	62.558.662	100,00	86.726.372	100,00	149.285.034	100,00

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2006 Quantidades de Ações - Em Unidades Ordinárias **Preferenciais** % % Total % Ações de Controle Controlador ISA Capital do Brasil S.A. ...... 31.351.911.751 50,12 31.351.911.751 21,00 Administradores Diretores..... 212.710 0,00 212.710 0,00 0,00 Conselho de Administração..... 16 32 0,00 48 0,00 Conselho Fiscal..... 16 0,00 212.742 0,00 212.758 0,00 50,12 212.742 0,00 31.352.124.509 21,00 Ações em Circulação Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda..... 198 0,00 9.338.731.250 10,77 9.338.731.448 6,26 Governo Federal Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -ELETROBRÁS..... 35,29 6.160.836.510 9,85 46.522.459.775 53,64 52.683.296.285 União Federal..... 9.556.271.761 9.556.150.967 0.00 15,28 120.794 6,40 **Outros** CESPINVEST - Clube de Investimentos........ 8.870.264.655 14,18 8.870.264.655 5,94 6.619.498.706 10,58 30.864.847.632 35,59 37.484.346.338 Outros..... 25,11 49,88 117.932.910.487 Total das Ações em Circulação..... 31.206.751.036 86.726.159.451 100,00 79,00 62.558.662.803 100,00 149.285.034.996 Total Geral..... 86.726.372.193 100,00 100,00

Posição Acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física:

Legislação Societária Data-Base -

# 01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

15.01 - RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO			2007			
_		Quar	ntidades de Ações	- Em Unida	ades	
J	Ordinárias	<u>%</u>	Preferenciais	%	Total	%
ISA Camital de Propil S A						
ISA Capital do Brasil S.A. Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P	828.267.196	100,00	_	_	828,267,196	100,00
Luiz Fernando Alarcón Mantilla	020.207.190	100,00	_	-	020.207.190	100,00
Guido Alberto Nule Amin	1	_	_	-	1	-
Fernando Augusto Rojas Pinto	1	-	-	-	1	-
Carlos Alberto Rodriguez Lopes	1	_	_	-	1	_
Carlos Alberto Rouriguez Lopes	828.267.200	100,00		<del>-</del> -	828.267.200	100,00
<del>=</del>						
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	500 470 F64	<b>50.00</b>			500 470 EG1	50.00
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	569.472.561	52,08	-	-	569.472.561	52,08
Empresa Pública de Medellín	109.350.775	10,00	-	-	109.350.775	10,00
Empresa Colombiana de Petróleos - ECOPETROL	58.925.480	5,39	-	-	58.925.480	5,39
Em Tesouraria	17.820.122	1,63	-	-	17.820.122	1,63
Outros	337.912.558	30,90		<u> </u>	337.912.558	30,90
=	1.093.481.496	100,00		<del>-</del>	1.093.481.496	100,00
Empresa Pública de Medellín						
Municício de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
Outros	4	0,00	-	-	4	0,00
=	4.223.312	100,00			4.223.312	100,00
Empresa Colombiana de Petróleos - ECOPETROL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	3.008.720	100.00	_	_	3.008.720	100,00
Outros	3.008.720	0,00	_	-	3.008.720	0,00
Outros	3.008.728	100,00	<u> </u>	<u> </u>	3.008.728	100,00
—		<del></del>				
Centrais Elétricas Brasileiras S.A ELETROBRÁS						
União Federal	488.656.241	53,99	35.191.002	15,68	523.847.243	46,38
BNDES Part S.A BNDESPAR	133.757.950	55,99 14,78	JJ. 10 1.002	10,00	133.757.950	40,30 11,84
FND - Fundo Nacional de	100.707.000	17,70			100.707.000	11,0.
Desenvolvimento	45.621.589	5.04	-	_	45.621.589	4,04
FGP - Fundo Garantidor das	40.021.000	J,U-1			70.021.000	۰,۰.
Parcerias Público Privadas	40.000.000	4,42	-	_	40.000.000	3,54
Outros	196.987.747	21,77	189.283.973	84,32	386.271.720	34,20
Outros	905.023.527	100,00	224.474.975	100,00	1.129.498.502	100,00
=						· · · ·
BNDES Part S.A BNDESPAR						
BNDES	1	100,00			1	100,00
BNDES						
União Federal	6.273.711.452	100,00		<u>-                                      </u>	6.273.711.452	100,00
_						

Pág: 13

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

			2006			
-		Quai	ntidades de Ações ·	· Em Unida	ndes	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ISA Capital do Brasil S.A.						
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P	506.200.997	100,00	_	_	506,200,997	100,00
Conselho de Administração	3	-	-	-	3	-
,	506.201.000	100,00	-		506.201.000	100,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A						
ELETROBRÁS						
União Federal	244.328.120.835	53,99	17.595.501.100	15,68	261.923.621.935	46,38
BNDES Part S.A BNDESPAR	66.878.975.753	14,78	-	-	66.878.975.753	11,84
FND - Fundo Nacional de						
Desenvolvimento	22.810.794.898	5,04	-	-	22.810.794.898	4,04
FGP - Fundo Garantidor das		4.40				0.54
Parcerias Público Privadas	20.000.000.000	4,42	-	-	20.000.000.000	3,54
Outros	98.493.872.064	21,77	94.641.986.275	84,32	193.135.858.339	34,20
=	452.511.763.550	100,00	112.237.487.375	100,00	564.749.250.925	100,00
BNDES Part S.A BNDESPAR						
BNDES	1	100,00	-	-	1	100,00
=						
BNDES União Federal	6.273.711.452	100,00			6.273.711.452	100,00
Ulliau I Euclai	0.273.711.432	100,00			0.273.711.432	100,00

## 4.8. Auditores Independentes

Para os fins previstos na Instrução CVM – 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, contratada em maio de 2007 para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, para o período de um ano, desde então só prestou serviços relacionados à auditoria externa.

#### 5. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Alinhada ao seu Direcionamento Estratégico, a CTEEP implementou, em 2007, uma série de iniciativas de forma a ampliar sua competitividade, atender com maior eficácia a seus clientes e melhorar ainda mais o ambiente de trabalho para seus empregados. Na área de operação e manutenção, foram adotadas diversas ações que propiciaram maior modernização dos sistemas, confiabilidade, além de racionalização e otimização dos processos, o que se reflete em custos mais competitivos. Essas iniciativas estratégicas visam direcionar a Companhia a um novo patamar de eficiência.

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Operação

Em 2007, os Centros de Controle da CTEEP foram otimizados para modernizar sua operação e melhorar a sua confiabilidade. Dos quatro centros de operação que a Companhia mantinha no Estado de São Paulo, a Transmissão Paulista passou a contar com apenas dois, o de Bom Jardim e Cabreúva. Totalmente interligados por sistemas de transmissão de voz e imagem, eles ainda contam com um processo de *full back-up*, ou seja, se uma unidade apresenta qualquer problema, a outra pode assumir a operação sem prejuízos para o usuário. Isso aumenta a segurança do sistema, em linha com sua visão de oferecer sempre excelência na prestação de serviços aos seus clientes.

Os recursos de supervisão e controle nos dois centros de operação da Empresa foram aperfeiçoados. Foi implementado o Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (SAGE), que ampliou a capacidade de recebimento e processamento de informações e permitiu a incorporação, em janeiro de 2008, de um novo sistema que simula o sistema de operação para empregados em treinamento.

A partir de 2007, as 102 subestações da Transmissão Paulista passaram a operar remotamente, de forma que qualquer procedimento de operação possa ser executado por telecomando a partir do centro de operação, o que amplia a segurança do sistema. Os operadores dessas subestações receberam treinamento e foram preparados para atividades de manutenção, intensificando a manutenção preventiva das instalações.

Em apoio às atividades de operação e manutenção, começou a funcionar, em 2007, o Sistema de Informações para a Gestão da Operação (SIGO), que fornece informações em tempo real aos centros de controle da Companhia, conferindo maior segurança aos usuários. Além de banco de dados com o histórico da operação, o sistema contém uma ferramenta de análise que permite que a Operação da Transmissão Paulista obtenha relatórios com indicadores de performance e dados relevantes para o gerenciamento de seu sistema de transmissão em tempo real.

Essas iniciativas se traduziram em uma efetiva otimização dos recursos de operação da Companhia, com economia de recursos e aumento da qualidade da operação na CTEEP.

#### Manutenção

A CTEEP adotou a partir de 2007 uma série de melhorias no processo de manutenção, em linha com sua estratégia de aperfeiçoamento contínuo de seus processos. Foi implementada uma nova filosofia de trabalho, a Manutenção Centrada em Confiabilidade (MCC). Com sua implementação, a Companhia reduzirá custos de manutenção preventiva de equipamentos e instalações em razão da otimização das atividades programadas.

Foi implementado o Plano de Otimização de Ativos (POA), iniciativa estratégica que permitiu implantar uma sistemática para identificar e fundamentar, técnica e economicamente, as

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

necessidades de investimentos para a otimização dos ativos em operação do Sistema CTEEP, considerando-se o horizonte de dez anos.

A área de almoxarifados da Companhia foi otimizada e adequada: de 18 almoxarifados passou a contar com 13. Isso resultou em disponibilização de 25.000m² de área de almoxarifados desativados para alienação e identificação de 33% de equipamentos e componentes não necessários para o futuro estoque estratégico da CTEEP. O que implica disponibilidade dos mesmos para alienação, com conseqüente redução de custos de armazenamento.

# 6. PROGRAMA DE QUALIDADE – Ações realizadas durante o ano de 2007 referentes a certificações NBR ISO 9001 - Qualidade

Desde julho/06, quando o controle acionário da Empresa foi transferido do governo do Estado para o Grupo Empresarial ISA, foram desenvolvidas diversas ações como reestruturação organizacional, revisão de processos e, dentre outras, ações para manutenção dos sistemas de gestão da qualidade até então implantados, estudos para futuras certificações de processos e ampliações de escopos, mais abrangentes e alinhados à estratégia do Grupo a partir de 2008.

No que se refere à Política da Qualidade, a Diretoria, aprovou sua adequação preservando e mantendo o expresso compromisso com a melhoria contínua, a realização das operações empresariais com confiabilidade, o atendimento dos prazos e qualidade a custos competitivos, para assegurar a rentabilidade do negócio, sem riscos aos clientes, fornecedores, empregados e a sociedade.

O Sistema de Gestão da Qualidade, referenciado à NBR ISO 9001, na Companhia reforça o compromisso em assegurar, promover e aprimorar a qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica dos processos de:

- Coordenação, supervisão e controle da operação do sistema elétrico;
- Manutenção de duplas câmaras de interrupção de disjuntor a ar comprimido tipo PK em oficina;
- Inspeção de linhas aéreas de transmissão; e
- Programação de serviços de manutenção em instalações da rede básica e da rede complementar.

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Certificações obtidas no padrão normativo ISO 9001:2000

	_		Data			
Escopo	Áreas envolvidas	Organismo Certificador	Auditoria	Certificado	Validade Certificado	
Coordenação, supervisão e controle da operação do sistema elétrico	Centro de Operação da Transmissão - COT e Centro de Operação de Retaguarda - COR	BVQI	17/06/2007	Original 23/12/1998 Recertificação 15/03/2002 Migração 16/10/2002 Recertificação 17/06/2005 *	17/06/2008	
Inspeção de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica	Divisão de Gestão da Manutenção e 05 Divisões Regionais de Transmissão	BVQI	23/11/2007	Original 18/02/2004 <b>Recertificação</b> 08/02/2006 ***	23/11/2008	
Programação de serviços de manutenção em instalações da rede básica e da rede complementar	Divisão de Gestão da Manutenção	BVQI	27/11/2007	Original 05/01/2005 <b>Recertificação</b> 27/11/2007 ****	16/12/2008	
Manutenção de Duplas Câmaras de Interrupção de Disjuntor a Ar Comprimido Tipo PK em Oficina	Divisão de Gestão da Manutenção e Oficina de Manutenção de Disjuntor Tipo PK da Divisão Regional de Cabreúva	BVQI	17/10/2007	Original 03/11/2006 **	20/10/2008	

<sup>\*</sup> Operação - Realizada em 14/06/07, 2ª auditoria de manutenção - sistema conforme

<sup>\*\*</sup> PK - Realizada nos dias 16 e 17/10/07, 1ª auditoria de manutenção - sistema conforme

<sup>\*\*\*</sup> Linhas - Realizada no período de 20 a 23/11/07, 1ª auditoria de manutenção - sistema conforme

<sup>\*\*\*\*</sup> Programação da Manutenção - Realizada em 27/11/07, auditoria de Recertificação - sistema conforme

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 7. PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em função da lei 9.991 de 2000 que obriga todas as concessionárias do setor de energia elétrica, realizar investimento anual de um percentual da receita operacional líquida, em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a Transmissão Paulista, a partir da assinatura do contrato de concessão, iniciou em 2001 o seu primeiro Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, chamado ciclo 2001/2002.

Desde então, os programas de P&D têm possibilitado o desenvolvimento e a incorporação de novos produtos e processos que têm impulsionado a modernização e a inovação tecnológica em todos os setores da Companhia.

Desses programas, pode-se contabilizar também o intercâmbio com as melhores e mais conceituadas instituições de pesquisa do país, proporcionando aos profissionais da CTEEP um desenvolvimento técnico de alto nível, assim como a oportunidade de desenvolvimento acadêmico e profissional.

Ao longo desses anos já foram investidos R\$ 23,2 milhões em projetos de P&D, distribuídos nos seguintes ciclos:

## Investimentos em Projetos de P&D

Ciclo	R\$ Mil
2001/2002	3.218
2002/2003	3.562
2003/2004	2.218
2004/2005	4.431
2005/2006	5.115
2006/2007 (proposto)	4.665
Total	23.209

Esses investimentos têm possibilitado a geração de produtos inéditos, cujas aplicações têm sido protegidas por protocolos de patentes. A Transmissão Paulista possui atualmente 4

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(quatro) pedidos de patentes depositados junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e um registro de software em andamento, resultantes de produtos desenvolvidos nos programas de Pesquisa e Desenvolvimento nos ciclos de 2001/2002 até 2003/2004.

A Transmissão Paulista tem por meta compor parcerias que proporcionem a transformação das boas idéias, experimentos laboratoriais e sofisticados modelos matemáticos em resultados que beneficiem o desempenho do setor de energia elétrica e a vida das pessoas, alinhada às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, responsável pela regulação do setor e seguindo a tendência do movimento tecnológico em prol da viabilização do ciclo completo de inovação.

Em 2007, foram concluídos 12 projetos, 5 plurianuais, integrantes do Quarto Programa - ciclo 2004/2005, e 7 projetos anuais do Quinto Programa - ciclo 2005/2006. Os projetos concluídos desenvolveram temas diversificados que abrangem as mais diversas áreas da Companhia. Um dos resultados, por exemplo, 'e um dispositivo repelente de pássaros que se aninham nas estruturas das torres das linhas de transmissão do interior do Estado de São Paulo. Um outro, o estudo da redução dos problemas de aderência de tintas em estruturas metálicas de linhas e subestações, localizadas em ambientes com elevada agressividade corrosiva, como o litoral e complexos industriais. Foram ainda desenvolvidos dois projetos advindos e acompanhados pela área financeira, que tratam de suporte à tomada de decisão para investimentos em transmissão e da apuração de taxa de retorno em empreendimentos de transmissão.

O Sexto Programa – ciclo 2006/2007 ainda em análise na ANEEL, propõe temas bastante atuais como a aplicação de Medição Fasorial Sincronizada no desenvolvimento de sistema para análise e monitoração da dinâmica da Rede Elétrica em tempo real a o estudo para a identificação, caracterização e quantificação de gases de efeito estufa nas atividades e processos do sistema de transmissão da CTEEP.

Em continuidade ao planejamento do sétimo Programa de P&D da CTEEP, foram levantados junto a todas as Diretorias da Companhia, 28 temas envolvendo assuntos em Tecnologia de Informação, Engenharia, Planejamento da Expansão e Meio Ambiente. Esses temas foram divulgados no site institucional e foram captadas 90 propostas de projetos de universidades, centros de pesquisas e empresas de todo o país.

#### 8. MEIO AMBIENTE

#### **Licenciamento Ambiental**

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica compreendem empreendimentos sujeitos ao regime de licenciamento ambiental, que consubstancia obrigações e responsabilidades dos empreendedores para a obtenção de autorizações objetivando a execução das atividades.

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destarte, decorrente da necessidade de licenciamento ambiental, em 2007 a CTEEP elaborou:

- Relatório Ambiental Preliminar para Implantação da Linha de Transmissão em 138 kV Mogi Mirim III – Jaguariúna, com solicitação de Licença Ambiental Prévia junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório Ambiental Preliminar para Recapacitação/Reconstrução da Linha de Transmissão em 138 kV Assis – Canoas I e II – Salto Grande – Chavantes - Botucatu, com solicitação de Licença Ambiental Prévia junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório Ambiental Preliminar para Recapacitação da Linha de Transmissão em 138 kV Andradina - Valparaíso, com solicitação de Licença Ambiental Prévia junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório Ambiental Preliminar para Recapacitação da Linha de Transmissão em 138 kV
   Capivara Presidente Prudente, com solicitação de Licença Ambiental Prévia junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório Ambiental Preliminar referente à ampliação, constituindo no lançamento do 2º circuito da Linha de Transmissão em 138 kV Flórida Paulista Tupã, com solicitação de Licença Ambiental Prévia junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório de Consulta para Pequenas Intervenções em Subestações de Energia, referente à consulta de 41 Subestações em Operação, obtenção de Informação Técnica CPRN/DAIA/057/2007 em 24/05/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório de Consulta para Pequenas Intervenções em Subestações de Energia, referente à consulta de 41 Subestações em Operação, obtenção de Informação Técnica CPRN/DAIA/057/2007 em 24/05/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório de Consulta para Pequenas Intervenções em Subestações de Energia Elétrica, referente à consulta de 90 Subestações em Operação, obtenção de Informação Técnica CPRN/DAIA/106/2007 em 11/09/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Relatório de Consulta para Pequenas Intervenções em Subestações de Energia Elétrica Complemento, referente à consulta de 17 Subestações em Operação, obtenção de
  Informação Técnica CPRN/DAIA/103/2007 em 31/08/2007, junto a Secretaria de Meio
  Ambiente de São Paulo.
- Relatório de Consulta para Pequenas Intervenções em Subestações de Energia Elétrica e Implantação de Torre Seccionadora Relatório 4, referente a consulta de 24 Subestações em Operação e 1 Linha de Transmissão de Energia Elétrica, obtenção de Informação Técnica CPRN/DAIA/113/2007 em 04/10/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Relatório de Declaração de Utilidade Pública para Fins de Instituição de Servidão Administrativa, obtenção de Informação Técnica CPRN/DAIA/78/2007 em 01/08/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Estudo Ambiental Simplificado para Construção do Ramal 138 kV para Subestação Usina Cerradinho, com obtenção de Licença Ambiental Prévia nº 01176 em 18/09/2007 e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Acompanhamento ambiental da obra de Repotenciação da LT 345 kV Guarulhos-Anhangüera, com obtenção da Licença Ambiental de Operação nº 00255 em 30/05/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Acompanhamento ambiental da obra de Recapacitação da LT 138 kV Araraquara São Carlos, com obtenção da Licença Ambiental de Operação nº 00258 em 16/01/2007, junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

Em 2007 a CTEEP obteve:

- Licença Ambiental Prévia nº 01169 em 06/09/2007, referente à Implantação da Linha de Transmissão em 138 kV Três Irmãos - Andradina e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Licença Ambiental Prévia nº 01172 em 11/09/2007, referente à Substituição de Trecho da LT 345 kV Tijuco Preto - Baixada Santista e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Licença Ambiental Prévia nº 01160 em 15/08/2007, referente à Recapacitação da LT 138kV Ilha Solteira - Jales e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Licença Ambiental Prévia nº 01157 em 08/08/2007, referente à Recapacitação da LT 138 kV Jupiá Três Irmãos e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Licença Ambiental Prévia nº 01141 em 05/07/2007, referente à Reconstrução/Recapacitação do Sistema de Transmissão em 230 kV do Vale do Paraíba e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Licença Ambiental de Instalação nº 038 em 25/05/2007, referente a Recapacitação da LT 138kV Jupiá - Ilha Solteira, trecho localizado em Três Lagoas/MS junto a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

 Licença Ambiental de Operação nº 00255 em 30/05/2007, referente a Repotenciação da LT 345 kV Guarulhos - Anhangüera e solicitação de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

#### Plantio e Reflorestamento

A CTEEP prosseguiu no atendimento aos compromissos assumidos no Termo de Ajustamento da Conduta Ambiental (TAC), firmado em 2002 com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, cujo objetivo é a regularização ambiental dos ativos de transmissão anteriores a 1981 e que sejam posteriores a essa data e não possuam as respectivas Licenças Ambientais de Operação.

- Manutenção das obrigações relativas ao TAC 0 136 Termo de Ajuste de Conduta, com o plantio e reflorestamento de 272 hectares em 05 áreas distintas do Instituto Florestal do Estado de São Paulo.
- Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental 03/03 com o plantio de 20 hectares de terras no Núcleo Gerador de Sementes Ataliba Leonel em Manduri em áreas do Instituto Florestal, em fase de conclusão
- Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental 177/03 no Município de Botucatu com reflorestamento com o plantio de 615 mudas nativas em área do Parque Municipal de Cachoeira da Marta.
- Termo de Ajuste de Conduta da LO 0255 de 30/05/07 com reflorestamento de 0,7 hectares no PEC Parque Estadual da Cantareira.
- Atendendo ao plano de melhoria do Sistema de Gestão Ambiental (em implantação) o enriquecimento arbóreo na SE de Araraquara que está certificada no ISO 14 000.
- Em fase de conclusão, atendendo ao termo de compromisso de Recuperação Ambiental 159/05, reflorestamento com plantio de 1432 mudas nativas no Município de Sorocaba.

#### Certificações

- A Subestação Anhanguera, a qual faz parte do complexo Anhanguera-Guarulhos, foi a primeira a receber a certificação pelos padrões normativos da ISO 14001:2004 durante a fase de construção.
- Recomendado a manutenção de 19 Subestações certificadas pela NBR ISO 14001.

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

# 9. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA

#### 9.1. Educação Corporativa

A área de Educação Corporativa tem como objetivo promover o desenvolvimento de seus profissionais com programas de conhecimento e atualização que reflitam em ações de aperfeiçoamento e melhoria nas atividades da CTEEP.

Em 2007 foram realizados diversos treinamentos divididos em 532 turmas, totalizando 69.030 horas/aulas e 7.157 participações.

Considerando as mudanças e implicações da Norma Regulamentadora nº 10, conforme Convenção Coletiva de Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico do Estado de São Paulo, a CTEEP desenhou um Programa Complementar para assegurar que os empregados atuantes em área de risco sigam as exigências regulamentadas, comprometam-se no controle de riscos elétricos e trabalhem com segurança. A primeira turma foi realizada no mês de Dezembro, com 14 participantes.

Em continuidade ao tema de segurança também foram realizados treinamentos de Escalada e Instrução de Manutenção. O primeiro contou com 366 participantes (em 42 turmas) inclusive com simulações práticas de escalada e movimentação em estruturas de Telecomunicações, Subestações e Linhas de Transmissão. Em 2007, foram realizadas 271 turmas (3664 participações) dos cursos de Instruções de Operação. Este programa possui vários módulos e trata das normas internas da CTEEP sobre segurança do trabalho, procedimentos de operação de equipamentos e instalação.

Considerando a evolução tecnológica nos sistemas de potência e a fim de garantir excelência nas suas operações, a CTEEP trabalha em iniciativas que adaptem suas subestações, equipamentos e processos a essa nova realidade, além de intensificar o treinamento e capacitação de seus empregados. Neste contexto, em 2007, foram realizadas 5 turmas com a participação de 121 operadores.

A CTEEP, alinhada ao modelo de Gestão do Grupo ISA, deverá garantir a aplicação da Gerência do dia-a-dia. O objetivo é capacitar todos os empregados para a interação sistemática e metódica com os processos e indicadores. Com isso busca-se o gerenciamento eficaz da organização e da sua produtividade. Foram programadas 12 turmas e participaram 84 empregados.

Em outubro a CTEEP realizou seu primeiro Programa de Integração como parte do Grupo ISA. Os empregados contratados em 2007 tiveram a oportunidade de conhecer a história, estratégias e iniciativas da empresa e esclarecer suas dúvidas com relação aos benefícios e a Fundação CESP. Também visitaram a Subestação de Cabreúva e o Centro de Operações em Bom Jardim.

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com o objetivo de promover o desenvolvimento do time gerencial, a Companhia contou com a participação de todos os seus gerentes no Programa de Aconselhamento de Carreira (counseling). Essa iniciativa servirá de base para Programas de Coaching e Educação Continuada para liderança. Foram realizados três Encontros Gerenciais em 2007, com o objetivo de alinhar as lideranças em torno das iniciativas estratégicas implementadas, e diversos encontros, com apresentações e palestras para desdobrar o direcionamento estratégico entre os empregados.

## 9.2. Pesquisa de Clima

No período de 12 a 27 de novembro, a CTEEP aplicou sua primeira Pesquisa de Clima Interno- em conjunto com as demais empresas do Grupo ISA - e contou com a participação 95% dos seus empregados.

A pesquisa, que será realizada anualmente tem como objetivo compreender os aspectos positivos e negativos que impactam no Clima Organizacional, no engajamento das pessoas e no desempenho da Organização. Com os resultados, a CTEEP irá desenhar e aplicar ações de melhoria a fim de potencializar um ambiente cada vez melhor.

## 10. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL - RSE

O Programa de Responsabilidade Social Empresarial da CTEEP passou no último ano por um processo de reestruturação, cujo principal objetivo foi desenvolver um modelo de RSE alinhado com as diretrizes corporativas do grupo controlador e com as boas práticas do mercado brasileiro, tendo como uma de suas principais referências os indicadores Ethos de Responsabilidade Social.

Com a reestruturação, a CTEEP buscará aperfeiçoar seus programas na área de forma a potencializar os resultados gerados por eles, contribuindo ainda mais com as comunidades nas quais está inserida. Em 2008, a Companhia buscará sensibilizar todos os seus empregados para tornar diário o exercício da cidadania corporativa.

A CTEEP filiada ao **Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial** e reconhecida pela Fundação Abrinq como *Empresa Amiga da Criança* pelos compromissos assumidos na promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Os projetos sociais apoiados pela CTEEP no ano de 2007 foram:

#### Fundação Patrimônio Histórico da Energia

Criada para garantir a preservação do patrimônio cultural das Empresas Energéticas, tornou-se um centro de referência nacional do setor. A Fundação vem contribuindo para a difusão da

## 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

história da energia e do vasto universo a ela inter-relacionado, preservando arquivos, objetos, equipamentos e sítios de valor histórico. O acervo da Fundação reúne documentação arquivista, bibliográfica, museológica e arquitetônica, prestando apoio a pesquisas.

## Instituto Criança Cidadã - ICC

A Transmissão Paulista é uma das mantenedoras do Instituto Criança Cidadã, apoiando as atividades que beneficiam aproximadamente 8 mil crianças, adolescentes e adultos através de diversos projetos, como a Creche – Pré-Escola, Complementação Escolar, Centro de Iniciação ao Trabalho e o Projeto Nossa Comunidade.

#### **Pomar Urbano**

Projeto coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo que tem como principal objetivo promover a recuperação ambiental das margens do Rio Pinheiros na cidade de São Paulo. Atualmente 23 empresas são parceiras do projeto que teve sua implantação em 1999.

### Lei Rouanet - Energia, Arte & Cultura

A Transmissão Paulista tem patrocinado atividades culturais e artísticas, com a aplicação de recursos financeiros em projetos enquadrados nas Leis de Incentivos Fiscais. No ano de 2007, foram contemplados três projetos, sendo:

- Ópera Macbeth produzida pela Cia. de Ópera de São Paulo.
- Fundação Mário Covas Projeto Cultura e Cidadania: Organização da Memória de Mário Covas
- Associação de Amigos da Estação Especial da Lapa

### Horta Comunitária

Projeto Piloto que tem como objetivo auxiliar as comunidades de baixa renda que residem próximas às faixas de servidão linhas de transmissão e que demonstram interesse no plantio e cultivo de hortaliças para seu sustento.

## 11. BALANÇO SOCIAL

18/06/2009 08:59:15 Pág: 25

# 01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bases de Cálculo	2007	2006
Receita Líquida (RL)	1.315.414	1.220.882
Resultado Operacional (RO)	804.313	137.430
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	211.579	427.654

Indicadores Sociais Internos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Alimentação	7.716	3,6	0,6	12.362	2,9	1,0
Encargos Sociais Compulsórios	43.754	20,7	3,3	73.784	17,3	6,0
Previdência Privada	3.864	1,8	0,3	9.559	2,2	0,8
Saúde	15.689	7,4	1,2	16.040	3,8	1,3
Educação	3.326	1,6	0,3	5.204	1,2	0,4
Auxílio Creche	120	0,1	0,0	286	0,1	0,0
Participação nos lucros e resultados	15.721	7,4	1,2	17.155	4,0	1,4
Outros	204	0,1	0,0	306	0,1	0,0
Total	90.394	42,7	6,9	134.696	31,5	11,0

Indicadores Sociais Externos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Contribuições para a sociedade:						
educação, cultura, saúde e saneamento, esporte,						
combate à fome, segurança alimentar e outros	2.868	1,4	0,2	3.948	0,9	0,3
Tributos (excluidos encargos sociais)	356.568	168,5	27,1	52.103	12,2	4,3
Total	359.436	169,9	27,3	56.051	13,1	4,6

Indicadores Ambientais	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Relacionados com operação da empresa	45	0,0	0,0	400	0,1	0,0
Em programas e/ou projetos externos	311	0,1	0,0	168	0,0	0,0
Total	356	0,2	0,0	568	0,1	0,0

Indicadores do Corpo Funcional		
Empregados no final do exercício	1.290	2.412
Admissões durante o exercício	83	2
Empregados acima de 45 anos	326	1.052
Mulheres empregadas	98	227
% cargos de chefia ocupados por mulheres	18,8	7,6
Empregados portadores de deficiência	1	2

Informações Relevantes quanto ao Exercício		
da Cidadania Empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração	42 vezes	17 vezes
Total de acidentes de trabalho	14	17
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos		
pela Empresa foram definidos pela:	Direção e Gerências	Direção e Gerências
Os padrões de segurança e salubridade no		
ambiente de trabalho, foram definidos pela:	Direção e Gerências	Direção e Gerências
A previdência privada contempla:	Todos empregados	Todos empregados
A participação nos lucros e resultados contempla:	Todos empregados	Todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões		
éticos e de responsabilidade social e ambiental		
adotados pela Empresa:	São sugeridos	São sugeridos
A participação dos empregados em programas de		
trabalho voluntário, a Empresa:	Apóia	Apóia

18/06/2009 08:59:15 Pág: 26

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS 31/12/2007

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

# 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 12. AGRADECIMENTOS

A Administração da Transmissão Paulista agradece aos acionistas, clientes e fornecedores pela atenção, cooperação e confiança durante o ano de 2007, externando o especial reconhecimento aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos, graças aos quais a Companhia conseguiu obter os resultados aqui apresentados.

A Administração

18/06/2009 08:59:15 Pág: 27

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 1. Contexto operacional

## 1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EPTE"), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a conseqüente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A., sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a ISA Capital do Brasil S.A. adquiriu, mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007 a ISA Capital do Brasil S.A. adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações – OPA realizado na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Em decorrência dessa aquisição, a ISA Capital do Brasil S.A. passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Assim, após o grupamento de ações realizado em 12 de julho de 2007 (Nota 19 c), de um total de 62.558.662 ações ordinárias, 55.924.465 são de propriedade da ISA Capital do Brasil S.A.

As ações da Companhia são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de "American Depositary Receipts - ADRs" - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 1.2 Concessões

Por meio da Portaria 185, de 06 de junho de 2001, do Ministério de Minas e Energia - MME, foi prorrogado por 20 anos, a partir de 08 de julho de 1995, o prazo da concessão da Companhia para exploração de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo rede básica e demais instalações de transmissão – DIT.

Em decorrência, em 20 de junho de 2001, foi celebrado o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de nº 059, entre a Companhia e o Poder Concedente, através da ANEEL.

O referido contrato de concessão foi aditado em 14 de dezembro de 2001, tendo em vista a incorporação da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., pela Companhia. Foram mantidas as condições pactuadas inicialmente, exceção feita à manutenção do nível da Receita Anual Permitida - RAP, que sofreu reduções da ordem de 0,58%, em julho de 2002, e de 3,56%, em julho de 2003, equivalentes a 50% dos ganhos de eficiência esperados com a incorporação, cujos efeitos foram reconhecidos nas Resoluções Homologatórias da ANEEL, daquelas datas.

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital do Brasil S.A., ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital do Brasil S.A. e a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (Colômbia) comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

A Companhia, com lance de R\$ 28,9 milhões, arrematou o lote A do leilão nº 004/2007 da ANEEL. Este lote é composto pelas linhas de transmissão Colinas – Ribeiro Gonçalves C2 e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí C2, ambas de 500 KV, totalizando cerca de 720 km de extensão, e será operado pela Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("IENE"), empresa constituída em 03 de dezembro de 2007.

### 1.3 Fatores de risco e seu gerenciamento

Em decorrência de suas atividades, a Administração da Companhia assume riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, legislação em vigor, reputação, sistema operacional e de gestão, solvência, crédito, liquidez, oscilações de moeda, utilização de operações de aval, fianças, garantias, etc, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país.

O monitoramento dos mencionados riscos encontra-se sob a responsabilidade dos gestores da entidade, a partir da adoção de técnicas, análises e controles que visam à minimização dos seus efeitos, cuja utilização, todavia, não garante a completa eliminação dos fatores de risco inerentes a que a Companhia está sujeita.

## 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de janeiro de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são baseadas:

- Na Lei nº 6.404/76, modificada pela Lei nº 9.457/97 e pela Lei nº 10.303/01;
- Em normas e regulamentos da Comissão de Valores Molbiliários ("CVM");
- Nas práticas contábeis publicadas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON"); e
- Normas de legislação específica estabelecidas pela ANEEL aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica que incluem os Ofícios Circulares da SFF/ANEEL, 2.409 de 14 de novembro de 2007, 2.396 de 28 de dezembro de 2006 e 059 de 11 de janeiro de 2007.

A ANEEL publicou o Despacho n° 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou a norma no manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, com entrada em vigor em 1° de janeiro de 2007 estabelecendo a transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustível – CCC, Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e Pesquisa e Desenvolvimento, de Despesas Operacionais para Deduções da Receita Operacional. Além dessas, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 tiveram determinados saldos reclassificados para melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício corrente.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1, da BOVESPA. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA – IBOVESPA passou também a compor o Índice de Governança Corporativa - IGC.

Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia apresenta, a título de informação suplementar, as seguintes informações:

#### Fluxo de Caixa

Elaborado de acordo com a NPC nº 20 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades da Companhia demonstradas no Anexo I.

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### Valor Adicionado

Elaborado de acordo com o Parecer de Orientação CVM nº 24/92 e o Ofício Circular CVM nº 01/00. O modelo utilizado é o proposto pela NBCT nº 3.7 aprovada pela Resolução nº 1010/05 do Conselho Federal de Contabilidade, e apresenta o valor da riqueza criada pela Companhia e a forma que essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, financiadores externos e acionistas, demonstrada no Anexo II.

## 3. Principais práticas contábeis

## a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

## b. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa, para contingências e para o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

### c. Encargos financeiros e variações monetárias/cambiais

Em virtude do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e as variações monetárias/cambiais, referentes aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, compõem os custos registrados nesse subgrupo.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### d. Ativos circulante e não circulante

### • Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial (Nota 4).

#### Clientes

Inclui os valores faturados relativos ao uso dos sistemas de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica e empresas ligadas a esses sistemas (Nota 5).

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída por valores considerados de improvável realização na data dos balanços patrimoniais.

## Estoques

Os materiais em almoxarifado são avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição.

#### Investimento

Representado pela participação na IENE, constituída em dezembro de 2007, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

#### Imobilizado

Os elementos integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção; corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995; acrescidos da Correção Monetária Complementar - CMC, instituída pela Lei 8.200, de 28 de junho de 1991, da remuneração do capital próprio até 31 de dezembro de 1998, dos encargos financeiros, das variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos vinculados às imobilizações em curso; e deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que variam de 2% a 8,3% para os bens vinculados ao sistema de transmissão, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos, nos termos da Resolução 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução 44, de 17 de março de 1999, da ANEEL. A partir do exercício de 2007 é calculada em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL 240, de 05 de dezembro de 2006.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### • Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

#### e. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### f. Provisões

Constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre ações em andamento, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos contratados pela Companhia.

## g. Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

### h. Resultado de exercícios futuros

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurado foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001.

As amortizações desse deságio são efetuadas mensalmente, de forma linear, pelo período de concessão da então EPTE, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2012.

### i. Benefícios a funcionários

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica a seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método do crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000.

# j. Alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Em termos gerais, a nova Lei permite a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo International Accounting Standard Board.

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais modificações introduzidas pela lei que podem trazer impacto para a Companhia incluem:

- (a) Critérios para avaliação de ativos, relativamente às aplicações em instrumentos financeiros, aos direitos classificados no intangível e aos elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo, e passivos, relativamente às obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível de longo prazo, inclusive nos casos de transformação, incorporação, cisão e fusão.
- (b) Na demonstração do resultado, inclusão de informações acerca das participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.
- (c) Apresentação das demonstrações de fluxos de caixa e do valor adicionado.

As considerações da Companhia em relação a essas modificações estão a seguir demonstradas:

	Modificações	Considerações da Companhia
1 2	Fluxo de caixa em substituição à DOAR Demonstração do valor adicionado	Fluxo de caixa já é apresentado. Demonstração do valor adicional já é
3	Segregação da escrituração mercantil e tributária	apresentado.  Avaliando em conjunto com a legislação do Sistema Público de Escrituração
4	Intangível, ativo permanente e ajustes de avaliação patrimonial	Digital - SPED.  Aplica Deliberação CVM nº 488/05.  Ajuste de Avaliação Patrimonial será
5	Critérios de classificação e avaliação de ativos	implementado. Aplica com base na Lei nº 6.404/76 e Deliberação CVM no. 183/95.
6	Ajuste a valor presente de operações ativas e passivas	Aguarda emissão de norma pela CVM.
7	Grau de recuperação do ativo intangível, imobilizado e diferido	Aplica regras da CVM.
8	Nas operações de incorporação, fusão ou cisão	Será aplicável se houver.
9	Avaliação de coligadas pelo método da equivalência patrimonial	Aplica, com base na Instrução CVM nº 247/96.
10	Criação de reserva de incentivos fiscais	Será aplicável se houver.
11	Eliminação da reserva de reavaliação	Atende à Deliberação CVM nº 183/95.
12	Eliminação da reserva de capital	Aplica regras da CVM.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia já adota a prática de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado e está analisando os demais impactos das alterações introduzidas pela nova Lei referentes principalmente à criação de novos subgrupos de contas, introdução de novos critérios para classificação e avaliação de instrumentos financeiros e ao conceito de Ajuste ao Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo conforme quadro anexo.

## 4. Disponibilidades

	2007_	2006
Caixa e bancos	12.696	11.225
Aplicações financeiras	177.880	503.246
	190.576	514.471

As aplicações financeiras consistem em Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possuem liquidez diária.

## 5. Clientes

Os clientes da Companhia são as concessionárias/permissionárias de serviço público de energia elétrica e consumidores livres, conectados aos ativos da Companhia.

_			2007	2006
- -	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Rede básica Demais instalações de transmissão - DIT	192.800	48.489	241.289	154.590
	23.599	3.941	27.540	9.411
=	216.399	52.430	268.829	164.001

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contas a receber de clientes são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e estão assim distribuídas por vencimento:

	2007	2006
A vencer	256.607	151.939
Vencidos		
até 30 dias	46	59
de 31 a 60 dias	12	2
há mais de 61 dias	12.164	12.001
	12.222	12.062
	268.829	164.001

## 6. Valores a receber - Secretaria da Fazenda

			2007	2006
- -	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de:				
Obrigações (i)	13.272	47.557	60.829	64.880
Processamento da folha de				
pagamento Lei 4.819/58 (ii)		193.101	193.101	92.916
Alienação de imóvel (iii)	2.758	9.885	12.643	13.486
Processos trabalhistas – Lei				
4.819/58 (iv)		71.410	71.410	50.080
Salário-família – Lei 4.819/58 (v)		2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação				
duvidosa		(2.218)	(2.218)	(2.218)
_	16.030	321.953	337.983	221.362

## i. Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações

Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.

## ii. Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58

O montante de R\$ 193.101 refere-se ao saldo remanescente do processamento da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, sendo R\$ 1.426 através de liminares individuais no período de janeiro a agosto de 2005 e R\$ 191.675 no período de setembro de 2005 a dezembro de 2007 por força de decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, cujos pagamentos são efetuados pela Fundação CESP, mediante parte dos recursos recebidos do Governo do Estado e repassados pela Companhia (Nota 28). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

## iii. Alienação de imóvel

Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais.

O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.

### iv. Processos trabalhistas - Lei 4.819/58

Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas a empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

## v. Salário-família – Lei 4.819/58

A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia, quando da cisão parcial da CESP.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$ 2.218.

## 7. Tributos e contribuições compensáveis

	2007	2006
Imposto de renda	40.710	26.747
Contribuição social	14.862	8.596
COFINS	1.091	22.157
PIS	353	29.727
Outros	801	869
	57.817	88.096

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se aos créditos fiscais sobre as diferenças temporárias na apuração do resultado tributável, substancialmente provisão para contingências e programa de desligamento voluntário – PDV.

A realização desses créditos, tanto de curto como de longo prazo, ocorrerá na proporção da finalização das contingências e dos demais eventos relacionados.

## 9. Cauções e depósitos vinculados

No ativo realizável a longo prazo, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

2005

2006

	2007	2006
Depósitos judiciais (Nota 16)	43.278	59.738
Autuações – ANEEL (a)	6.317	6.317
Contribuição provisória sobre movimentação financeira - CPMF	199	144
	49.794	66.199

(a) Referem-se a dois depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL lavradas em decorrência de perturbações verificadas no sistema de transmissão em fevereiro de 1999 e janeiro de 2002. O primeiro, efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040, foi

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS 31/12/2007

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do "relatório de fiscalização"; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado. O segundo, efetuado em 17 de junho de 2003, no valor de R\$ 3.277, resultante da lavratura do auto de infração 005/2002-SFE, em 07 de maio de 2002, em consequência de processo administrativo punitivo instaurado pela ANEEL, pelo rompimento, em 21 de janeiro de 2002, de um subcondutor de linha de transmissão de 440 kV entre as subestações da Companhia na Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e Araraquara. Os advogados da Companhia entendem não ser praticável determinar se a posição desta em ambos os casos prevalecerá.

## 10. Investimentos

Refere-se à participação na IENE, constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão arrematadas no Lote A do Leilão nº 004/2007 da ANEEL.

A IENE possui capital social de R\$ 1, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas sendo 99,99% pertencentes à CTEEP.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### 11. Imobilizado

			2007	2006	
		Depreciaçã			Taxas médias anuais de
		0			deprecia-
-	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	<u>ção - %</u>
Em serviço					
Terrenos (a)	44.538		44.538	44.680	
Edificações, obras civis e					
benfeitorias	584.813	(372.080)	212.733	229.183	3,64%
Máquinas e equipamentos	5.298.974	(2.439.731)	2.859.243	2.706.096	2,96%
Veículos	15.405	(14.526)	879	2.511	20,00%
Móveis e utensílios	24.198	(14.374)	9.824	10.032	10,00%
	5.967.928	(2.840.711)	3.127.217	2.992.502	
Em curso	967.998		967.998	845.847	
Obrigações especiais					
Doações recebidas (b)	(16.068)		(16.068)	(16.284)	
=	6.919.858	(2.840.711)	4.079.147	3.822.065	

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação desses recursos nas atividades próprias da concessão.

- (a) Terrenos de propriedade da Companhia em São José dos Campos, cujo valor contábil monta a R\$ 114, estão penhorados em garantia de execução fiscal de Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU (Nota 16 (b)(ii)).
- (b) Obrigações especiais estão representadas por bens recebidos de concessionários do serviço público de energia elétrica e clientes, para a realização de investimentos na concessão.

01837-6	CTEEP-CIA	TRANSM	ENERGIA	ELÉTR.	PAULISTA	02.998.611/000	1-04
14.01 NOTA	AS EXPLICA	FTV A C					
Intangível	AS EAFLICA	IIVAS					
J						2007	2006

	2007	2006
Faixas de servidão	57.449	57.354
Outros	151	151
	57.600	57.505

## 13. Empréstimos e financiamentos

**12.** 

			2007	2006
		Longo		Tota
	<u>Circulante</u>	<u>prazo</u>	Total	<u>l</u>
Moeda nacional				
BNDES (a)	1.881	400.177	402.058	
Banco Safra (b)	50.172		50.172	
Banco Alfa (c)	70.000		70.000	
Banco do Brasil (d)	10.082		10.082	
Eletrobrás	56	536	592	642
	132.191	400.713	532.904	642

- (a) Em 17 de setembro de 2007, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES no montante de R\$ 764,2 milhões. O valor corresponde a 70% do investimento total realizado que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008. Em 25 de outubro de 2007, foram liberados R\$ 400,0 milhões, restando R\$ 364,2 milhões que deverão ser liberados até outubro de 2008. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais de 2,3% a.a. acima da Taxa de Juros a Longo Prazo TJLP. A amortização dar-se-á em 78 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009. Até o início da amortização os juros são pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas em 10 de outubro de 2007, com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco e Santander, ao custo de 0,70% a.a., com vencimentos trimestrais.
- (b) Refere-se ao contrato de crédito com o Banco Safra, assinado em 28 de junho de 2007 no valor de R\$ 50.000, com vigência até 18 de março de 2008. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais à taxa de 103,0% da média diária do CDI com vencimento no primeiro dia útil de cada mês.
- (c) Refere-se aos contratos de crédito com o Banco Alfa, assinados em 20 de julho e 17 de outubro de 2007 no valor de R\$ 50.000 e R\$ 20.000, respectivamente, com vigência até 26 de maio de 2008. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais à taxa de 103,85% da média diária do CDI com vencimento no último dia útil de cada mês.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Refere-se ao contrato de crédito com o Banco do Brasil, assinado em 28 de setembro de 2007 no valor de R\$ 10.000, com vigência até 28 de maio de 2008. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais à taxa de 103,0% da média diária do CDI com vencimento no último dia útil de cada mês.

As amortizações poderão ser efetuadas total ou parcialmente em qualquer momento na vigência dos contratos.

## 14. Tributos e encargos sociais a recolher

		2006
Imposto de renda	30.526	2.023
Contribuição social	10.820	728
COFINS	5.575	4.579
Programa bolsa estudos (a)	3.241	3.532
INSS	2.419	4.322
PIS	1.327	993
FGTS	882	1.946
Outros	3.916	4.240
	58.706	22.363

(a) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos a conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

## 15. Encargos regulatórios a recolher

	2007	2006
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.367	10.521
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.026	3.416
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	5.490	5.664
Reserva global de reversão – RGR	4.600	5.409
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de		
Energia Elétrica - PROINFA	2.091	475
Taxa de fiscalização – ANEEL	548	553
	33.122	26.038

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### 16. Provisões

			2007	2006
_	Circulant	Longo		
_	<u>e</u>	prazo	Total	Total
Férias e encargos sociais Participação nos lucros e	8.606		8.606	31.220
resultados – PLR	9.290		9.290	17.155
Programa de desligamento	24.107	16.464	40.651	396.65
voluntário – PDV	24.187	16.464	40.651	1
Indenizações diversas	4.544		4.544	
Contingências				322.62
_		163.168	163.168	0
				767.64
<u></u>	46.627	179.632	226.259	6

## (a) Programa de desligamento voluntário - PDV

A Companhia, que contava com 2.737 empregados em 31 de outubro de 2006, aprovou Programa de Desligamento Voluntário - PDV com período de adesão de 21 a 30 de novembro de 2006, obtendo 1.534 adesões.

Em decorrência desse fato, houve 1.486 desligamentos de empregados sendo 1.163 em 2007 e 323 em 2006, no montante equivalente a R\$ 356.000 e R\$ 78.979, respectivamente. As despesas com o PDV incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio e assistência médica, entre outros.

## (b) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

			2007			2006
Espécie	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido
Trabalhistas (i)	139.079	(16.302)	122.777	145.407	(14.389)	131.018
Cíveis	4.926	,	4.926	1.023	,	1.023
Fiscais – IPTU (ii)	11.094		11.094	130.841		130.841
Fiscais – COFINS (iii)		(18.907)	(18.907)	38.524	(38.524)	
Previdenciárias – INSS				6.825	(6.825)	
(iv)	8.069	(8.069)				
	163.168	(43.278)	119.890	322.620	(59.738)	262.882

Os depósitos judiciais estão registrados no ativo circulante e não circulante na rubrica "cauções e depósitos vinculados".

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possível, no montante estimado de R\$ 31.282 (2006 – R\$ 16.639), concentradas em trabalhistas, para as quais não foi constituída provisão.

### i. Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE.

#### ii. Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão, para fazer face aos débitos junto à prefeitura municipal de São Paulo, relacionados a processos administrativos de regularização de áreas, no montante de R\$ 11.094.

Os débitos junto à prefeitura de São José dos Campos, em decorrência da Lei Complementar nº 335/07, foram negociados com aquela prefeitura e quitados por R\$ 39.141, com abatimento de R\$ 21.740 registrado como ganho na rubrica "despesas gerais e administrativas".

## iii. COFINS

A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da majoração da alíquota e a ampliação da base de cálculo da COFINS, no montante de R\$ 27.392 e R\$ 11.132, respectivamente.

A Companhia obteve desfecho favorável no que diz respeito à ampliação da base de cálculo e desfavorável com relação à majoração da alíquota. Nesse sentido, durante o terceiro trimestre de 2007, a Companhia reverteu a parcela da provisão relativa à ampliação da base de cálculo em contrapartida do resultado e a parcela referente à majoração da alíquota foi revertida em

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contrapartida do depósito judicial correspondente. A Companhia já iniciou processo para levantamento do depósito judicial que atualizado corresponde à R\$ 18.907.

## iv. Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal e cesta-básica, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. Conseqüentemente, a Administração deliberou pela constituição de provisão, efetuando o respectivo depósito judicial no montante de R\$ 8.069, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

## 17. Valores a pagar – Fundação CESP

Com base na avaliação elaborada por atuários independentes para apuração da obrigação atuarial, a Companhia registrou no resultado do exercício, ganho acumulado no montante de R\$ 96.814. Desta forma, o saldo do passivo apresentado representa a obrigação atualizada da Companhia referente aos planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP.

## (a) Plano "A" - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (Nota 28).

## (b) Plano "B" e "B1" - suplementação de aposentadorias

Os Planos "B" e "B1", regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano "B" refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano "B1", que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD.

Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD.

## (c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

## (d) Demonstrativo – Deliberação CVM 371/00

As principais informações econômico-financeiras do plano PSAP-Transmissão Paulista-BD (CTEEP/EPTE), em conformidade com a Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000, e com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

## (i) Conciliação dos ativos e passivos

	2007	2006
Valor justo do ativo	1.774.274	1.501.836
Total do passivo atuarial	(1.506.892)	(1.428.775)
Ganhos a serem reconhecidos em exercícios futuros	(396.816)	(240.489)
Passivo líquido	(129.434)	(167.428)
(ii) Movimentação do ativo do plano		
	2007	2006
Valor justo do ativo no início do exercício	1.501.836	1.309.879
Contribuições do empregador	10.244	19.579
Contribuições do empregado	2.900	4.192
Retorno dos investimentos	361.421	202.239
Benefícios pagos	(122.242)	(34.349)
Transferência de contribuição definida para benefício definido	20.115	296
Valor justo do ativo no final do exercício	1.774.274	1.501.836

**Inativos** 

Aposentados

Pensionistas

Aposentados por invalidez

Legislação Societária Data-Base -

1.534

1.635

3.177

30

71

687

30

65

782

3.528

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAUL	ISTA 02.998.611	/0001-04
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		
) Movimentação do passivo atuarial		
<u>-</u>	2007	2006
Valor presente da obrigação atuarial líquida no		
início do exercício	1.428.775	1.344.498
Custos dos serviços correntes	8.284	9.281
Custos do juros	146.307	137.677
Ganho/perda atuarial	25.653	(24.871)
Acordos líquidos		(3.757)
Benefícios pagos	(122.242)	(34.349)
Transferência de contribuição definida para benefício definido	20.115	296
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	1.506.892	1.428.775
y) Participantes dos planos		
	2007	2006
Ativos	1.542	2.746

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### (v) Premissas atuariais utilizadas

<u>-</u>	2007	2006
Taxa de desconto do valor presente do passivo atuarial	10,24%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,28%	11,28%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,12%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar		
seu poder aquisitivo	97,84%	97,84%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade	AT-83	UP-94
Tábua de entrada em invalidez	Light-	Light-
	Média	Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	IAPB-55
	Método	Método
Tábua de mortalidade de ativos	da	da
	Hamza	Hamza

## 18. Obrigações especiais - Reversão/Amortização

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS 31/12/2007

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 19. Patrimônio líquido

## (a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é de R\$ 1.469.090, sendo R\$ 615.696 em ações ordinárias e R\$ 853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 totaliza R\$ 462.000, dividido em 149.285.034 ações (2006 - 149.285.034.996), sendo 62.558.662 (2006 - 62.558.662.803) ordinárias e 86.726.372 preferenciais (2006 - 86.726.372.193).

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

## (b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião extraordinária realizada em 10 de julho de 2007, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 240.247, correspondente a R\$ 1,609317 por lote de mil ações, com início do pagamento em 18 de julho de 2007.

Em reunião extraordinária realizada em 1º de outubro de 2007, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 173.511, correspondente a R\$ 1,162283 por ação, com início do pagamento em 17 de outubro de 2007.

Em reuniões ordinárias realizadas em 31 de outubro e 10 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 199.615 e R\$ 39.122, correspondentes a R\$ 1,337140 e R\$ 0,262066 por ação, com pagamentos em 19 de novembro de 2007 e 18 de janeiro de 2008, respectivamente.

#### (c) Grupamento de ações

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada em 12 de julho de 2007, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2007 referente ao grupamento de ações da Companhia, atribuindo-se 1 (uma) nova ação em substituição a cada grupo de 1.000 (mil) ações de cada espécie existente.

O grupamento não implicou em alteração do valor do capital social da Companhia e teve a finalidade de padronizar os parâmetros de negociação adotados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que está orientando as companhias abertas a adotarem a cotação unitária de suas

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ações e não mais a cotação em lotes de mil ações objetivando propiciar melhores condições para negociação das ações.

## (d) Reservas de capital

	2007
Subvenções para investimento – CRC	1.802.084
Remuneração das imobilizações em curso (i)	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743
	2.592.369

(i) Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

#### (e) Reservas de lucro

## (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, limite esse atingido em 2006.

### (ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição dessa reserva à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2002, com a apropriação de parte do lucro daquele exercício, essa reserva atingiu o seu limite, não comportando novas apropriações nos exercícios subsequentes.

### (iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995. Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de "Lucros acumulados" mensalmente.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### 20. Receita de uso da rede elétrica

A receita de uso da rede elétrica da Companhia, acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, alcançou R\$ 1.548.248 (2006 - R\$ 1.387.070). Essas receitas são compostas como segue:

	2007	2006
Rede básica		
Ativos existentes	1.062.440	1.038.691
Novos investimentos	236.746	140.590
Superávit (déficit)	11.270	2.481
Parcela de ajuste	11.799	
	1.322.255	1.181.762
Demais instalações de transmissão - DIT		
Ativos existentes	74.951	84.754
Novos investimentos	22.722	21.571
Parcela de ajuste	8.751	
	106.424	106.325
Encargos		
Conta de consumo de combustível – CCC	62.163	59.747
Conta de desenvolvimento energético – CCE	46.195	37.941
PROINFA	11.211	6.635
	119.569	104.323
Parcela de ajuste		(5.340)
	1.548.248	1.387.070

## (a) Receita anual permitida - RAP da subestação Miguel Reale

Em dezembro de 2002, a ANEEL autorizou a CTEEP, a implementar o projeto "Ampliação da Subestação Miguel Reale", cujo valor de investimento utilizado para o cálculo das parcelas de RAP foi de R\$ 323.236.

Em setembro de 2004, a ANEEL executou fiscalização com a finalidade de validar os valores dos investimentos realizados na mencionada obra, concluindo que os valores desses investimentos deveriam ser reduzidos, para fins de fixação de nova parcela de RAP, retroativamente a julho de 2004, no montante de R\$ 232.164.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência da redução dos investimentos do mencionado projeto, a correspondente parcela anual da RAP a partir de julho de 2005, foi então reduzida em R\$ 32.251. A Companhia considera improcedente essa redução e pleiteou junto à ANEEL, através do Ofício OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, sua reposição.

Em 02 de março de 2006, por meio do Ofício 321/2006 – SFF/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL encaminhou o Relatório de Acompanhamento da Fiscalização – RAF que analisou o pleito da CTEEP e manteve o posicionamento inicial daquela Superintendência.

Em 23 de março de 2006, por meio do Ofício OF/F/1372/2006, a CTEEP apresentou Recurso Administrativo junto à ANEEL, solicitando a revisão do posicionamento daquela Superintendência.

### (b) Revisão periódica da receita anual permitida - RAP

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária, conforme metodologia aprovada pela Resolução Normativa nº 257, de 06 de março de 2007.

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a Receita Anual Permitida – RAP em 26,15%, a ser aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, será compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste. Os efeitos referentes ao período de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2008 estão considerados na Resolução Homologatória nº 496.

## (c) Reajuste anual da receita

Em 29 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória nº 496, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2007 a 30 de junho de 2008.

De acordo com a citada Resolução, a Receita Anual Permitida – RAP da CTEEP, que era de R\$ 1.314.400 em 01 de julho de 2006, passou para R\$ 1.478.456 em 01 de julho de 2007, apresentando um acréscimo de R\$ 164.056, equivalente a 12,5%.

A receita vigente a partir de 01 de julho de 2007 a 30 de junho de 2008 apresenta a seguinte composição:

21.

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.6	511/0001-04
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Rede básica	
Ativos existentes	940.542
Novos investimentos	174.618
_	1.115.160
Demais instalações de transmissão – DIT	
Ativos existentes	270.584
Novos investimentos	20.060
_	290.644
LT Chavantes Botucatu	12.047
Parcela de ajuste	60.605
	1.478.456
Custos dos serviços de operação e despesas gerais e administrativas	
2007	2006
Pessoal 114.578	819.836
Serviços 71.022	96.135
Depreciação 172.662	169.417
Outros <u>936</u>	74.617
359.198	1.160.005

# 01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

# 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 22. Resultado financeiro

	2007	2006
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	22.847	78.403
Juros ativos	19.203	5.154
Amortização do deságio	16.985	16.985
Variações monetárias e cambiais	58.683	36.223
Outras	1.928	11.095
<u> </u>	119.646	147.860
Despesas		
Juros sobre capital próprio	(238.737)	(54.354)
Juros passivos	(20.975)	(8.192)
Contribuição provisória sobre movimentação financeira		
- CPMF	(8.859)	(6.728)
Encargos sobre RGR	(2.978)	(2.033)
<u> </u>	(271.549)	(71.307)
Resultado financeiro, líquido	(151.903)	76.553

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, apurados com base nos balanços mensais (suspensão e redução).

	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquotas	882.523 34%	105.581 34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(300.058)	(35.898)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições (exclusões) permanentes	34.281	(6.285)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(265.777)	(42.183)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(90.380)	(214.466)
Diferido	(175.397)	172.283
	(265.777)	(42.183)

## 24. Alienação do Centro Técnico de Manutenção de Equipamentos - CETEMEQ

Em 13 de abril de 1998, foi firmado Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações entre a EPTE, incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001, e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – "Eletropaulo", do imóvel localizado na Rua Lavapés, 463, Cambuci, São Paulo, no montante de R\$ 70.496, a preço de mercado, que deveria ser pago em 21 parcelas iguais, mensais e sucessivas, com vencimento no 1º dia útil de cada mês, a partir de maio de 1998. A EPTE, tendo em vista as contestações da Eletropaulo, relativamente ao valor citado, e por não receber as parcelas, ajuizou, em 11 de fevereiro de 1999 e 18 de outubro de 2000, ações de execuções que se processam perante a 1ª e 36ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, respectivamente.

Em dezembro de 2000, o valor contábil líquido desse ativo, no montante de R\$ 4.904, foi baixado do ativo imobilizado, sendo efetuados também os registros de venda, imposto de renda diferido incidente sobre o ganho apurado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos fiscais respectivos.

Em 27 de fevereiro de 2007, através de Instrumento Particular de Transação celebrado entre a Eletropaulo e a CTEEP, as partes amigavelmente acordaram:

a) O imóvel objeto das ações de execuções foi avaliado em R\$ 125.265, consequentemente procedemos o registro de receita financeira, pela atualização de R\$ 54.769;

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Do valor acordado no item anterior foi deduzido o montante de R\$ 35.562 a titulo de IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre os imóveis que, por ocasião da Cisão Parcial da Eletropaulo foram vertidos à EPTE que por sua vez foi incorporada pela CTEEP, valor esse originalmente devido pela CTEEP à Prefeitura Municipal de São Paulo, e quitado pela Eletropaulo à época de sua adesão ao REFIS Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Paulo, circunstância essa originária do crédito da Eletropaulo junto à CTEEP;
- c) Sendo assim, a Eletropaulo em 06 de março de 2007, efetuou depósito no montante de R\$ 89.703, em Conta de Depósito no Banco ABN AMRO REAL S.A, tendo sua liberação à CTEEP vinculada à publicação da sentença homologatória por parte de uma das varas envolvidas no presente acordo, o que ocorreu em 19 de março de 2007;
- d) Em 27 de março de 2007, atráves da carta CT/P/918/2007, a CTEEP solicitou ao Banco ABN AMRO REAL S.A. a transferência do montante total para a conta de investimento de sua titularidade, encerrando-se, assim, o processo de alienação do CETEMEQ; e
- e) A Eletropaulo compromete-se a providenciar a regularização da situação dominial dos imóveis por ela vertidos à EPTE/CTEEP, objeto do presente instrumento, bem como de quaisquer outros que estejam em sua posse mas que pertençam à CTEEP, em decorrência do Protocolo de Cisão Parcial da Eletropaulo, datado de 22 de dezembro de 1997.

#### 25. Instrumentos financeiros

A principal fonte de receitas da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Sua receita anual vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

**Risco de Crédito -** A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 215 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT com 32 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

**Risco de Preço** - As receitas da Companhia são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota 20 (b)).

**Risco de Taxas de Juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e do CDI (Nota 13).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste,

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximamse substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

## 26. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

			Importância	
Modalidade	Vigência		Segurada - R\$	Prêmio - R\$
Patrimonial	02/12/07 02/12/08	a	2.183.349	3.766
Responsabilidade Civil Geral	17/10/07	a	15.000	294
Transportes Nasionais	17/10/08		250,000	22
Transportes Nacionais	30/09/07 30/09/08	a	350.000	32
Acidentes Pessoais Coletivos	01/05/07	a	46.225	18
	01/05/08			
Automóveis	02/03/07	a	Valor de mercado	29
	02/03/08			
			2.594.574	4.139

#### (a) Patrimonial

Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações.

## (b) Responsabilidade Civil Geral

Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

## (c) Tranportes Nacionais

Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.

## (d) Acidentes Pessoais Coletivos

Cobertura contra acidentes pessoais a executivos, estagiários e aprendizes.

## (e) Automóveis

Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura de US\$ 10 milhões para seus administradores (D&O), extensiva da apólice do acionista controlador, ISA Capital do Brasil S.A.

## 27. Ação de cobrança da Eletrobrás contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - "Eletropaulo"), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRÁS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRÁS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRÁS. Em outubro de 2001, a ELETROBRÁS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRÁS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRÁS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do polo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRÁS. Em decorrência, deve prosseguir a ação de execução da ELETROBRÁS contra a Eletropaulo e a EPTE, conforme deliberado pelo juiz de primeiro grau, assegurando o direito de defesa à CTEEP como sucessora da EPTE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS 31/12/2007

Legislação Societária Data-Base -

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acordão publicado em 16 de abril de 2007. Diante das decisões do Superior Tribunal de Justiça entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, salvo se esta for modificada pelo Recurso Extraordinário interposto pela Eletropaulo, deliberação essa não provável, acreditamos que a ELETROBRÁS insistirá na execução de sentença, na forma acima descrita.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988 para a finalidade de pagamento de parte da dívida, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRÁS.

Estima-se atualmente que a contingência total é da ordem de R\$ 949.696.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### 28. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

## (a) Fatos Relevantes

## (i) 19 de julho de 2005

"A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público esclarecer aspectos relativos ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Esse plano aplica-se aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, referido na Nota Explicativa 23.1. às demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2004. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003. Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 (processo 1.339/2005-1), deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. A 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, em 13 de julho de 2005, concedeu o prazo de 60 dias para cumprimento da citada decisão. Consta também no site do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, resumo sobre decisão semelhante (processo SDC - 2005820040002000) de 30 de junho de 2005, determinando que a Fundação CESP, mediante recursos repassados pela CTEEP, voltasse a processar o pagamento de aposentadorias e pensões de beneficiários amparados pela Lei Estadual 4.819/58.

Para o cumprimento das citadas decisões judiciais, a CTEEP deverá requerer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. As citadas decisões alcançam cerca de 6.500 beneficiários, com despesa mensal da ordem de R\$ 23 milhões que, segundo o entendimento da CTEEP, é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que assim procedeu até dezembro de 2003. Conseqüentemente, a CTEEP deve recorrer das citadas decisões judiciais por entender que a responsabilidade pelo pagamento dos mencionados benefícios é, nos termos da legislação aplicável, do Estado de São Paulo".

#### (ii) 27 de janeiro de 2006

"A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar mudança de procedimento da Secretaria da Fazenda do Estado, em decorrência de recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado –

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PGE, quanto ao repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. O assunto, anteriormente ao fato ora abordado, foi tratado na Nota Explicativa 22 das Informações Trimestrais – ITR da CTEEP de 30/09/2005.

A Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP, em 27/01/2006, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O dispêndio efetivo da CTEEP neste mês para fins da citada decisão judicial foi de R\$ 19.725, transferidos à Fundação CESP, tendo recebido R\$ 14.976 da Secretaria da Fazenda para essa finalidade. A Secretaria da Fazenda informou que glosou neste mês certas parcelas da despesa em decorrência de recente entendimento da PGE quanto aos limites da obrigação do Estado nesse assunto. A decisão da 49ª Vara do Trabalho alcança atualmente 5.528 beneficiários. Continuam a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda 794 benefícios da Lei Estadual 4.819/58.

A CTEEP continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera o entendimento da sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e estuda as medidas cabíveis neste caso para resguardar os interesses da Companhia".

#### (iii) 24 de fevereiro de 2006

"A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/2002, vem a público comunicar, em prosseguimento ao assunto tratado no Fato Relevante de 27/01/2006, que a Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP no mês de fevereiro de 2006 o valor de R\$ 12.802 para cumprimento da decisão da 49a Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. Neste mês de fevereiro, o dispêndio total da CTEEP para fiel cumprimento da citada decisão judicial foi de R\$ 19.652.

A CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49a Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda, além da adoção de outras medidas para preservar os legítimos interesses da Companhia".

## (b) Sentença da 49ª Vara do Trabalho

Em 02 de maio de 2006, foi conhecida sentença proferida pelo juízo da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo acerca do processo acima referido, julgando procedente, em parte, a reclamação em questão e mantendo os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida (Fato Relevante de 19 de julho de 2005), além de determinar o pagamento de parcelas vencidas. A CTEEP protocolou em juízo, em 08 de maio de 2006, Embargos Declaratórios à citada sentença visando esclarecer e modificar certos aspectos da citada decisão.

Em 19 de junho de 2006, através de decisão do Superior Tribunal de Justiça declarando a competência da Justiça Pública Estadual para apreciar as reclamações trabalhistas ajuizadas na

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Justiça do Trabalho pleiteando diretamente das empresas os proventos decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, foi anulada a sentença da 49ª Vara do Trabalho, e determinou a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Em decorrência da citada decisão do Superior Tribunal de Justiça, os proventos instituídos pela Lei Estadual 4.819/58 voltaram a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e não mais pela Fundação CESP mediante repasse da CTEEP como vinha acontecendo em cumprimento a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, ora anulada.

Em 28 de junho de 2006, o Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo mesmo tribunal no Conflito de Competência, objeto de decisão de 19 de junho de 2006. De acordo com a intimação recebida pela CTEEP em 30 de junho de 2006, volta a prevalecer a decisão da 49ª Vara do Trabalho que determinou o processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Fundação CESP, mediante recursos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP.

## (c) Situação atual

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49a Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de setembro de 2005 a dezembro de 2007, o valor de R\$ 642.915 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 451.240 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 191.675, está sendo requerida administrativamente pela Companhia (Nota 6).

Por outro lado, a CTEEP recebeu da Procuradoria Geral do Estado - PGE, em 20 de outubro de 2005, cópia de manifestação daquele órgão, de 06 de outubro de 2005, acerca de consulta da Secretaria da Fazenda sobre o alcance das referidas decisões judiciais. Nessa manifestação, a PGE conclui que a decisão da 49a Vara do Trabalho de São Paulo atinge subjetivamente a Fazenda do Estado, que integra o pólo passivo da demanda na condição de ré. Assim sendo, conclui a PGE que, "no atual cenário, cabe à Secretaria da Fazenda o ressarcimento integral dos valores despendidos pela CTEEP para o cumprimento da decisão judicial proferida na reclamação trabalhista nº 1145/2005-6, em curso na 49a Vara do Trabalho da Capital". Ainda, na mesma manifestação a PGE conclui que a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos estão suspensos pela liminar obtida em decorrência de Reclamação Correicional, não alcança integralmente a Fazenda do Estado, que foi excluída da lide a pedido do Sindicato suscitante; nesse caso, a Fazenda do Estado deveria, segundo a PGE, ressarcir a CTEEP observados os estritos limites da Lei Estadual 4.819/58, excluindo eventuais benefícios, instituídos pelo respectivo regulamento, que extrapolem ou se mostrem conflitantes com a legislação específica.

À vista de todo exposto acima, resta claro que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto, formalizado por meio do Ofício PGE/SF 01/2006, de 10/02/2006, e respectiva Nota Técnica PGE/SF 01/2006, altera o entendimento oferecido pela PGE anteriormente e que vigiu até dezembro de 2005 para fins de repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho. Segundo o atual entendimento da PGE, a Fazenda do Estado deve efetuar certas glosas nos repasses à CTEEP para fins de transferência à Fundação CESP, para cumprimento da referida decisão judicial.

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos termos do informado nos Fatos Relevantes acima transcritos, a CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na análise de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia registra essas glosas como valores a receber da Fazenda do Estado (Nota 6).

### 29. Reestruturação societária

Durante o exercício de 2007, a Companhia publicou os seguintes fatos relevantes:

#### (a) Em 14 de maio:

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento ao disposto na Instrução da CVM nº358/02 e ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157, da Lei nº6.404/76, comunica aos seus acionistas e aos investidores em geral que, em 23/04/2007, celebrou Contrato de Associação do qual são partes, de um lado, Interconexion Elétrica S.A. E.S.P. (ISA), Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG) e CTEEP, e, de outro lado, Control y Montajes Industriales S.A. (CYMI), Cymi Holding S.A. (CHSA) ("Contrato de Associação"). O Contrato de Associação tem por objeto: (i) a transferência do controle da IEMG para a CTEEP e para a CHSA; e (ii) a participação da CTEEP e da CYMI, como controladores da Albufera Projetos e Serviços Ltda. ("APS"), sociedade que se ocupará da construção da linha de transmissão objeto do referido Contrato de Concessão. A eficácia do Contrato de Associação está condicionada à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e à conclusão das negociações relativas aos acordos de acionistas da IEMG e da APS. A IEMG, sociedade controlada pela ISA, é adjudicatária de Contrato de Concessão para a exploração do serviço público de transmissão relativo à Linha de Transmissão Neves 1 -Mesquita, em 500 kV, localizada no Estado de Minas Gerais, conforme Leilão nº 005/2006, promovido pela ANEEL. Outrossim, a ISA é a atual acionista controladora da CTEEP, por intermédio da ISA Capital do Brasil S.A.

## (b) Em 23 de julho:

As administrações da ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Brasil"), ISA Participações do Brasil Ltda. ("ISA Participações") e CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em atendimento ao disposto na Instrução CVM n° 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada pela Instrução CVM n° 449, de 15 de março de 2007, vêm a público informar que submeterão à apreciação, deliberação e aprovação, conforme o caso, da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), e posteriormente aos seus acionistas e quotistas, o seguinte processo de reestruturação societária:

 (i) A ISA Brasil é a atual acionista controladora da CTEEP e detentora do ágio pago no processo de aquisição do controle acionário da referida sociedade ("Ágio"). A ISA Brasil também é controladora da ISA Participações;

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (ii) O processo de reestruturação compreende a conferência, pela ISA Brasil, das ações detidas no capital social da CTEEP, ao capital social da ISA Participações. Após, a ISA Participações será incorporada pela CTEEP, e, como decorrência dessa operação, será transferido para a CTEEP o Ágio.
- (iii) Não haverá transferência de controle da CTEEP em virtude da reestruturação societária pretendida.
- (iv) As administrações das sociedades envolvidas entendem que a presente reestruturação societária permitirá uma melhoria das condições de capitalização e do fluxo de caixa da CTEEP, em razão da economia fiscal gerada pela amortização do Ágio; e
- (v) A operação será implementada de modo a não acarretar a transferência de quaisquer dívidas ou passivos, bem como impacto negativo nos fluxos futuros de dividendos aos acionistas da CTEEP. A parcela do benefício fiscal será objeto de capitalização em proveito da ISA Brasil, nos termos do art. 7º, da Instrução CVM nº 319, de 03.12.1999.

A operação proposta foi aprovada em reunião da ANEEL realizada em 18 de dezembro de 2007 e sua conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 2008.

# 30. Eventos subsequentes

Em reunião extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 170.000, correspondentes a R\$ 1,138762 por ação, com data de pagamento a ser definida pela Diretoria.

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

## 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

# Anexo I – Demonstração do fluxo de caixa

	2007	2006
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	855.483	117.752
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa		
gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	172.662	169.417
Provisão para ajuste de estoque	349	
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		396.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	175.397	(172.283)
Provisão para contingências	(121.292)	18.294
Valor residual de ativo permanente baixado e		
doações	6.211	46.574
Amortização de deságio	(16.985)	(16.985)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre		
ativos e passivos	15.986	11.196
(Aumento) diminuição de ativos		
Clientes	(104.828)	(10.451)
Estoques	4.762	(5.365)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(116.621)	(70.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.727)	36.449
Tributos e contribuições compensáveis	30.279	(57.088)
Cauções e depósitos vinculados	19.943	(2.427)
Despesas pagas antecipadamente	3.388	93.800
Outros	(4.825)	(3.437)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(105.817)	22.791
Tributos e encargos sociais a recolher	36.343	(47.588)
Encargos regulatórios a recolher	7.084	11.568
Provisões	(420.095)	5.902
Valores a pagar – Fundação CESP	(102.923)	(11.605)
Seguros a pagar	2.022	(459)
Outros	51.771	(10.206)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	372.567	522.250

01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULIS	STA 02.998.61	1/0001-04
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		
	2007	2006
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(435.782)	(471.710)
Aumento no ativo diferido	(3.429)	, ,
Intangível	(95)	(505)
Investimento	(1)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de		
investimentos	(439.307)	(472.215)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Empréstimos e financiamentos		
Adições de empréstimos	531.184	
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(6.627)	(11.528)
Dividendos pagos	(781.712)	(208.953)
Caixa líquido utilizado nas atividades de		
financiamentos	(257.155)	(220.481)
Diminuição líquida nas disponibilidades	(323.895)	(170.446)
Disponibilidades no final do exercício	190.576	514.471
Disponibilidades no início do exercício	514.471	684.917
Variação nas disponibilidades	(323.895)	(170.446)

# 01837-6 CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA 02.998.611/0001-04

## 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

# Anexo II – Demonstração do valor adicionado

	2007	2006
Receitas		
Operacionais	1.563.294	1.401.346
Não operacionais	78.445	(31.700)
	1.641.739	1.369.646
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(18.221)	(96.136)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.656)	(60.387)
	(64.877)	(156.523)
Valor adicionado bruto	1.576.862	1.213.123
Retenções		
Depreciação e amortização	(172.662)	(169.417)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.404.200	1.043.706
Recebido em transferência		
Receitas financeiras	119.646	147.860
Valor adicionado total a distribuir	1.523.846	1.191.566
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(86.874)	(786.475)
Impostos, taxas e contribuições	(553.051)	(265.989)
Aluguéis	(5.428)	(4.398)
Juros e variações monetárias e cambiais	(23.010)	(16.952)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(652.495)	(114.953)
Retenção de lucros	202.988	2.799

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CTEEP-CIA TRANSM ENERGIA ELÉTR. PAULISTA	02.998.611/0001-04

# **ÍNDICE**

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	8
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	9
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	10
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	11
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	13
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	40/79